

Passados mais de 11 (onze) anos da deliberação sobre a sua liquidação (29/10/1993), aguarda solução dos projetos de reflorestamento em que é sócia ostensiva e administradora de sociedade em conta de participação, denominadas SCP-Projeto REFLORESC V, VI e XXV, que desenvolvem projetos de reflorestamento aprovados pelo IBAMA e cujos valores integram o sistema de compensação da administradora. Sobre os referidos projetos, os relatórios das Contas do Governo, nos Exercícios de 1996, 1997, 1998 e 2000, já continham a seguinte informação:

1. Projeto REFLORESC V — Localizado no Município de Imbituba, relativo a reflorestamento em área inicial de 300 ha de propriedade da CODISC e BRDE. O Projeto encontra-se em litígio, com invasões, furto de madeira, incêndio e área de dunas.
2. Projeto REFLORESC VI — Localizado no Município de São João Batista, relativo a reflorestamento em área projetada de 750 ha de propriedade da REFLORESC. A área total de 62.166.307m², foi invadida por aproximadamente 100 (cem) posseiros.
3. Projeto REFLORESC XXV — Localizado no Município de Araranguá, relativo a reflorestamento em área de 210,53 ha de propriedade do grupo CECRISA. Há dificuldades na transferência da participação da REFLORESC para o grupo CECRISA.

A REFLORESC encerrou o Balanço Patrimonial em 31/12/2004 com Ativo total de R\$ 797 mil, Passivo de R\$ 2,96 milhões e Patrimônio Líquido negativo de R\$ 2,16 milhões.

Em 2004 os prejuízos da companhia foram de R\$ 2,66 milhões. Em 31/12/2004 o Balanço Patrimonial registrava prejuízo acumulado de R\$ 5,51 milhões. A despesa administrativa, que no ano somaram R\$ 2,66 milhões, foi o elemento mais significativo para a origem do prejuízo.

Decompondo essas despesas administrativas, encontram-se as provisões para indenizações e ações judiciais, ajuizadas contra a companhia em anos anteriores e que foram contabilizadas as provisões somente no exercício de 2004, no montante de R\$ 2,65 milhões.

A análise das demonstrações contábeis mostra que não houve progresso no processo de liquidação, o que tem resultado em contínuos prejuízos.

CAPÍTULO IV

APRECIÇÃO DAS CONTAS POR PODER E ÓRGÃO COM AUTONOMIA CONSTITUCIONAL

Esta avaliação tem por objetivo demonstrar o cumprimento das determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal nº 101/00) pelos Poderes e Órgãos constitucionais e a respectiva execução orçamentária, de modo sintético.

4.1 CONTAS DO PODER EXECUTIVO

O *Poder Executivo* compreende os órgãos que integram a Administração Direta, como as Secretarias de Estado, e pelas entidades dotadas de personalidade jurídica própria integrantes da Administração Indireta, pelas entidades, como as Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações instituídas e mantidas pelo Estado, além dos Fundos Especiais vinculados a esses órgãos e entidades.

4.1.1 Aspectos Gerais do Poder Executivo

4.1.1.1 Participação do Poder Executivo na Receita Líquida Disponível

A Receita Corrente Líquida constitui a base de cálculo para as transferências de recursos financeiros aos Poderes Legislativo e Judiciário, Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público Estadual e UDESC. O modo de cálculo e os percentuais de participação estão definidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

No exercício de 2004, a Receita Líquida Disponível — RLD alcançou o montante de R\$ 4.810.351.334,43, conforme apurado pelo Tribunal de Contas do Estado, correspondendo a 63,50% da receita orçamentária arrecadada de R\$ 7.575.521.950,28.

Em cumprimento ao art. 124 da Constituição Estadual e à Lei nº 12.640/03, que estabeleceu em seu art. 23 os limites percentuais de participação na Receita Líquida Disponível — RLD, o Poder Executivo transferiu aos Poderes, Órgãos Constitucionais e à Fundação UDESC, o valor de R\$ 787.487.276,26.

Deduzida a parcela das transferências à Assembléia Legislativa, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas e Ministério Público, o Poder Executivo teve à sua disposição R\$ 4.022.864.058,17, ou seja, 84% da RLD arrecadada no exercício.

4.1.1.2 Execução Orçamentária da Despesa

O Poder Executivo (incluindo as Fundações, Autarquias, Fundos e Empresas Estatais Dependentes) realizou despesas no montante de R\$ 6,90 bilhões, que representam 89,90% da despesa total do Estado

A tabela seguinte mostra a *execução orçamentária do Poder Executivo*, por elemento de despesa do Plano de Contas do Estado relativa ao exercício de 2004.

TABELA 4.1.1
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2004

ELEMENTO DE DESPESA	R\$ 1.000	
	TOTAL EXECUTIVO (B)	% EXECUTADA/ TOTAL DESPESA (B/A)
DESPESAS CORRENTES	6.139.852	89,03%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.776.203	40,26%
APLICAÇÕES DIRETAS	2.776.203	40,26%
APOSENTADORIAS E REFORMAS	780.954	11,32%
PENSÕES	267.064	3,87%
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	97.507	1,41%
CONTRIBUIÇÕES ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	4.611	0,07%
SALÁRIO-FAMÍLIA	333	0,00%
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS — PESSOAL CIVIL	1.065.360	15,45%
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS — PESSOAL MILITAR	323.922	4,70%
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	171.663	2,49%
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS — PESSOAL CIVIL	15.191	0,22%
OUTRAS DESPESAS PESSOAL — TERCEIROS	0	0,00%
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS — PESSOAL MILITAR	2.417	0,04%
SENTENÇAS JUDICIAIS	23.073	0,33%
DESPESAS EXERCÍCIOS ANTERIORES	17.160	0,25%
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1.239	0,02%
RESTITUIÇÃO DESPESA PESSOAL REQUISITADO	5.618	0,08%
JUROS E ENC. DA DÍVIDA	466.375	6,76%
APLICAÇÕES DIRETAS	466.375	6,76%
JUROS DÍVIDAS POR CONTRATO	462.190	6,70%
OUTROS ENCARGOS E DÍVIDAS POR CONTRATOS	4.185	0,06%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.897.273	42,01%
TRANSFERÊNCIA A UNIÃO	789	0,01%

continua

continuação

ELEMENTO DE DESPESA	TOTAL EXECUTIVO (B)	% EXECUTADA/ TOTAL DESPESA (B/A)
CONTRIBUIÇÕES	789	0,01%
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0	0,00%
TRANSFERÊNCIA ESTADOS e ao DF	45	0,00%
DIÁRIAS — CIVIL	0	0,00%
MATERIAL DE CONSUMO	0	0,00%
SUBVENÇÕES SOCIAIS	45	0,00%
TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	1.582.591	22,95%
CONTRIBUIÇÕES	31.093	0,45%
DISTRIBUIÇÃO DE RECEITA	1.546.243	22,42%
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.174	0,08%
TRANSFERÊNCIAS. INSTITUIÇÕES PRIVADAS S/ FINS LUCR.	108.049	1,57%
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS — PESSOA JURÍDICA	2.862	0,04%
CONTRIBUIÇÕES	45.059	0,65%
SUBVENÇÕES SOCIAIS	59.949	0,87%
TRANSFERÊNCIAS. INSTITUIÇÕES PRIVADAS C/ FINS LUCR.	100	0,00%
CONTRIBUIÇÕES	100	0,00%
APLICAÇÕES DIRETAS	1.205.318	17,48%
CONTRATO TEMPO DETERMINADO	1.103	0,02%
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS.	44.284	0,64%
OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	2.508	0,04%
DIÁRIA-CIVIL	17.282	0,25%
DIÁRIA-MILITAR	13.204	0,19%
AUXÍLIOS FINANCEIROS A ESTUDANTES	21.931	0,32%
MATERIAL DE CONSUMO	306.408	4,44%
PREMIAÇÃO CULTURAL/CIENTÍFICA/ DESPORTIVA	360	0,01%
MATERIAL DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	451	0,01%
PASSAGENS E DESPESAS C/ LOCOMOÇÃO	5.685	0,08%
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	7.771	0,11%
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS — PESSOA FÍSICA	51.010	0,74%
LOCAÇÃO MÃO-DE-OBRA	84.944	1,23%
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS — PESSOA JURÍDICA	500.265	7,25%
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	94.446	1,37%
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIA E CONTRIBUIÇÕES	26.228	0,38%
OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS — PESSOA FÍSICA	511	0,01%
AUXÍLIO-TRANSPORTE	1.678	0,02%
SENTENÇAS JUDICIAIS (PRECATÓRIOS)	6.919	0,10%
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	14.302	0,21%
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.026	0,06%
DESPESAS DE CAPITAL	756.302	10,97%
INVESTIMENTOS	480.365	6,97%
TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO	1.210	0,02%
AUXÍLIOS	78	0,00%
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.132	0,02%
TRANSFERÊNCIA À MUNICÍPIOS	53.845	0,78%
CONTRIBUIÇÕES	85	0,00%
AUXÍLIOS	53.742	0,78%
OBRAS E INSTALAÇÕES	18	0,00%
TRANSFERÊNCIA E INSTIRUIÇÕES PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS	23.068	0,33%
CONTRIBUIÇÕES	52	0,00%
AUXÍLIOS	23.016	0,33%
APLICAÇÕES DIRETAS	402.242	5,83%
SERVIÇOS E CONSULTORIA	1.779	0,03%
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS — PESSOA JURÍDICA	14	0,00%
OBRAS E INSTALAÇÕES	318.544	4,62%
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTE	64.501	0,94%
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	8.201	0,12%
SENTENÇAS JUDICIAIS	287	0,00%
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	8.936	0,13%
INVERSÕES FINANCEIRAS	34.243	0,50%
APLICAÇÕES DIRETAS	34.243	0,50%
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	604	0,01%
AQUISIÇÃO DE PRODUTOS P/ REVENDA	5.838	0,08%
CONSTITUIÇÃO/AUMENTO DE CAPITAL EM EMPRESAS ESTATAIS	5.464	0,08%
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	22.287	0,32%
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	50	0,00%
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	241.694	3,50%
APLICAÇÕES DIRETAS	241.694	3,50%
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	2.165	0,03%
PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADA	239.529	3,47%
TOTAL EMPENHADO	6.896.153	100,00%

■ Fonte: Balanço Geral do Estado — Dezembro/2004.

Do total de despesas do Poder Executivo, destaca-se que 89% (R\$ 6,14 bilhões) correspondem a Despesas Correntes e 11% (R\$ 756,30 milhões) correspondem a Despesas de Capital.

O Poder Executivo promoveu, no exercício de 2004, a inscrição de R\$ 323.552.797,50 em *Restos a Pagar*. A tabela abaixo demonstra o total de Restos a Pagar existente em 31/12/2004, incluindo os relativos a exercícios anteriores:

TABELA 4.1.2
RESTOS A PAGAR DO PODER EXECUTIVO
EXISTENTES EM 31/12/2004

PODER/ÓRGÃO	Em R\$			
	PROCESSADO	NÃO PROCESSADO	TOTAL	%
1. SECRETARIAS	30.779.735,45	20.849.065,10	51.628.800,55	15,96%
2. AUTARQUIAS	24.116.864,81	19.615.098,86	43.731.963,67	13,52%
3. FUNDAÇÕES	1.504.713,93	487.548,46	1.992.262,39	0,62%
4. FUNDOS	84.990.873,32	128.538.331,83	213.529.205,15	66,00%
5. EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	10.899.862,26	1.770.703,48	12.670.565,74	3,92%
TOTAL	152.292.049,77	171.260.747,73	323.552.797,50	100,00%

■ Fonte: Balanços Gerais dos Poderes e Órgãos — Dezembro/2004.

Salienta-se que ao final do exercício financeiro de 2004, em razão das regras contidas no Decreto Estadual nº 2.773/2004, que estabelece procedimentos a serem adotados para o encerramento do exercício financeiro de 2004, dispondo sobre a inscrição de despesas em Restos a Pagar e a anulação, os Poderes Executivo e Judiciário cancelaram integralmente os Restos a Pagar inscritos em 2003, assim como em exercícios anteriores, processados ou não processados, transferindo os valores dos Restos a Pagar cancelados para o Passivo Permanente — Dívida Fundada Interna.

O total de Restos a Pagar de 2003 e exercícios anteriores transferidos para a Dívida Fundada Interna foi de R\$ 110.078.590,71, sendo R\$ 104.457.516,59 de Restos a Pagar Processados e R\$ 5.621.074,12 de Restos a Pagar Não Processados.

O valor de R\$ 104.457.516,59 de Restos a Pagar Processados de 2003 e exercícios anteriores inscritos em Dívida Fundada Interna compõe-se de R\$ 63.984.162,59 pertencentes ao Poder Executivo e R\$ 40.473.354,00 pertencentes ao Poder Judiciário. O valor de R\$ 5.621.074,12 de Restos a Pagar Não Processados de 2003 e exercícios anteriores pertencentes ao Poder Executivo, estando registrado no Fundo Estadual de Saúde.

A tabela a seguir demonstra a inscrição dos restos a pagar e as disponibilidades de caixa, em 31 de dezembro de 2004, do Poder Executivo:

TABELA 4.1.3DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA DO PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2004

Em R\$ 1.000

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
ATIVO DISPONÍVEL		OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	429.170
Disponibilidade Financeira	371.409	Depósitos	276.878
Caixa	12	Restos a Pagar Processados	152.292
Bancos	44.434	Do Exercício	152.292
Conta Movimento	40.463	De Exercícios Anteriores	-
Contas Vinculadas	3.971	Outras Obrigações Financeiras	-
Aplicações Financeiras	218.969		
Outras Disponibilidades Financeiras	107.994		
SUBTOTAL	371.409	SUBTOTAL	429.170
Insuficiência antes da inscrição em Restos a Pagar Não Processados (I)	57.761	Suficiência antes da inscrição em Restos a Pagar Não Processados (II)	
TOTAL	429.170	TOTAL	429.170
Inscrição em Restos a Pagar Não Processados (III)			171.261
Suficiência após a inscrição em Restos a Pagar Não Processados (IV) = (II-III)			-
DÉFICIT	229.022	SUPERÁVIT	

■ Fonte: Processo LRF 05/00514402 — RREO 5º e 6º bimestres/2004, e RGF 3º Quadrimestre/2004/TCE.

Constata-se que o Poder Executivo, em 31/12/2004, antes da inscrição de despesas em Restos a Pagar Não Processados, apresentava insuficiência financeira de R\$ 57,76 milhões. Em razão da inscrição de despesas em Restos a Pagar Não Processados, ao final do exercício o déficit financeiro atingiu R\$ 229,02 milhões. O Ativo Disponível não era suficiente para suportar as obrigações financeiras pendente de pagamento no final do exercício de 2004.

4.1.1.2.1 Despesas com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida

A *Despesa com Pessoal do Poder Executivo*, nos termos do art. 20, II, “c”, da Lei Complementar nº 101/2000, não poderá ultrapassar 49% da Receita Corrente Líquida do Estado, apurada conforme art. 2º, IV da Lei Complementar nº 101/2000, que em 2004 atingiu R\$ 2,51 bilhões, conforme apuração efetuada pelo Tribunal de Contas do Estado:

TABELA 4.1.4DESPESA COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2004

Em R\$ 1.000

PODER	VALOR
DESPESA TOTAL COM PESSOAL NO EXERCÍCIO DE 2004 — CONFORME LRF	2.509.351
% DESPESA TOTAL LÍQUIDA COM PESSOAL EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	44,26%
LIMITE LEGAL CONFORME LRF (%)	49,00%
LIMITE PRUDENCIAL (%)	46,55%

■ Fonte: Processo 05/00514402 — RREO 5º e 6º bimestres/2004, e RGF 3º Quadrimestre/2004/TCE.

Importante ressaltar que a despesa total com pessoal apurada pelo Tribunal de Contas apresenta divergências em relação aos informados pelo Poder Executivo, fatos esses que estão sendo tratados pelo Processo LRF 05/00514402, que

versa sobre o Relatório de Execução Orçamentária do 5º e 6º bimestres, e Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2004, ambos do Poder Executivo, em tramitação nesta Corte de Contas.

Contata-se que a relação entre a despesa total com pessoal no Poder Executivo e a receita corrente líquida, ao final do exercício de 2004, resultou em percentual inferior ao limite legal, em 4,74 pontos percentuais. Também foi inferior ao limite prudencial, em 2,29 pontos percentuais. Portanto, quanto à despesa total com pessoal, o Poder Executivo atendeu os preceitos da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Com relação à Despesa com Pessoal consolidada do Estado de Santa Catarina (todos os Poderes e Órgãos) observou-se o percentual de 54,00% da Receita Corrente Líquida, inferior ao limite de 60,00% imposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 19, II).

4.1.2 Avaliação das Metas Anuais do Estado

Compete ao Tribunal de Contas fiscalizar, nos termos do art. 59, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 101/2000 e do art. 26, inciso I, Lei Complementar Estadual 202/2000, o cumprimento das *metas anuais* estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias: Receita Arrecadada, Despesa Realizada, Resultados Primário e Nominal e Dívida Líquida do Governo.

4.1.2.1 Demonstrativo do Resultado Nominal

O Demonstrativo do *Resultado Nominal* apresenta o resultado nominal apurado no bimestre, representando a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida ao final do bimestre atual e o saldo da dívida fiscal líquida ao final do bimestre anterior.

Ressalta-se que a dívida *fiscal* líquida corresponde ao saldo da dívida consolidada líquida somado às receitas de privatizações. De outro lado, a dívida *consolidada* líquida corresponde ao saldo da dívida consolidada, deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras, e demais ativos financeiros.

Todas as obrigações financeiras acrescidas dos títulos de emissão do Banco Central e os precatórios não pagos são considerados dívida consolidada.

Apresenta-se a seguir os valores constantes do Demonstrativo do Resultado Nominal para o 6º bimestre/2004:

TABELA 4.1.5**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL DO EXERCÍCIO DE 2004**

Em R\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	SALDO	
	Em 31 Dez 2003 (a)	Em 31 Dez 2004 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	9.159.284	10.019.296
DEDUÇÕES	604.220	694.810
Ativo Disponível	621.896	739.490
Haveres Financeiros	121.482	107.994
(-) Restos a Pagar Processados	139.608	152.673
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (II)	8.555.064	9.324.485
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (III)	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS (IV)	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (II-III-IV)	8.555.064	9.324.485
RESULTADO NOMINAL — Janeiro a Dezembro/2004 (b-a)		769.421
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE 2004		595.984

■ Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária — 6º bimestre/2004, publicado pelo Poder Executivo/TCE.

Observa-se que no exercício de 2004 o Estado obteve um resultado nominal positivo (saldo da dívida fiscal líquida em 31/12/2004 — saldo e 31/12/2003) de R\$ 769,42 milhões. Considerando que a meta máxima prevista na LDO era de R\$ 595,98 milhões, esta foi ultrapassada, resultado em não cumprimento da meta fixada na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e por consequência, não atendeu a Lei de Responsabilidade Fiscal. .

4.1.2.2 Demonstrativo do Resultado Primário

O demonstrativo a seguir apresenta o *resultado primário* apurado no Estado, ou seja, a diferença entre as receitas e despesas não financeiras. Quando o resultado obtido é positivo, demonstra que a meta estabelecida para o exercício foi atingida:

TABELA 4.1.6**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO DO EXERCÍCIO DE 2004**

Em R\$ 1.000

RECEITAS FISCAIS	RECEITAS REALIZADAS	
	Jan-Dez/2004	Jan-dez/2003
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (I)	7.345.071	6.599.231
RECEITA TRIBUTÁRIA	5.818.027	4.656.211
RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO	336.387	271.732
Receita Previdenciária	280.937	106.470
Outras Contribuições	55.450	165.262
RECEITA PATRIMONIAL LÍQUIDA	14.517	3.159
Receita Patrimonial	95.623	114.405
(-) Aplicações Financeiras	81.1066	111.246
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	910.300	1.345.297
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	265.840	322.832
Dívida Ativa	12.113	58.455
Diversas Receitas Correntes	253.727	264.377
RECEITAS DE CAPITAL (II)	149.346	249.685
(-) Operações de Crédito (III)	90.591	112.055
(-) Amortização de Empréstimos (IV)	22.641	22.187
(-) Alienação de Ativos (V)	1.421	693
Transferências de Capital	26.916	11.685
Convênios	26.916	8.368
Outras Transferências de Capital	-	3.316
Outras Receitas de Capital	7.777	3.065
RECEITAS FISC. DE CAPITAL (VI)=(II-III-IV-V)	34.692	14.750
RECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS (VII)=(I+VI)	7.379.763	6.613.981

continua

continuação

DESPESAS FISCAIS	DESPESAS LIQUIDADAS	
	Jan-Dez/2004	Jan-Dez/2003
DESPESAS CORRENTES (VIII)	6.893.627	6.074.357
Pessoal e Encargos Sociais	3.367.934	3.049.398
Juros e Encargos da Dívida (IX)	466.376	404.265
Outras Despesas Correntes	3.059.318	2.620.694
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (X)=(VIII-IX)	6.427.252	5.670.093
DESPESA DE CAPITAL (XI)	777.475	599.665
Investimentos	501.538	332.617
Inversões Financeiras	34.243	38.916
Concessão de Empréstimos (XII)	22.287	22.017
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	-	-
Demais Inversões Financeiras	11.959	16.899
Amortização da Dívida (XVI)	241.694	228.132
DESPESAS FISC. DE CAP. (XV)=(XI-XII-XIII-XIV)	513.494	349.516
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	-	-
DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS (XVII)=(X+XV+XVI)	6.940.746	6.019.608
RESULTADO PRIMÁRIO (VII-XVII)	439.017	643.752
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	60.033	49.370

■ Fonte: Relatório Resumida da Execução Orçamentária — 6º Bimestre de 2004.

Observa-se que ao final do exercício de 2004, o Estado obteve resultado primário positivo, ou seja, as receitas fiscais foram superiores às despesas fiscais em R\$ 439,02 milhões. Desta forma, considera-se que o Poder Executivo superou a meta prevista na LDO de R\$ 258,19 milhões, cumprimento a meta programada.

4.1.2.3 Avaliação das Metas Anuais estabelecidas na LDO

O *Anexo de Metas Fiscais* integra o projeto de lei de diretrizes orçamentárias, onde são estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes (art. 4º, da LC nº 101/00).

Apresenta-se a seguir o demonstrativo contendo metas previstas e executadas da receita e despesa orçamentárias, resultados primário e nominal e dívida pública, no exercício financeiro de 2004, nos termos do art. 59, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 101/00, e art. 26, I, da Lei Complementar Estadual nº 202/00.

TABELA 4.1.7

COMPARATIVO DAS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

Em R\$ 1.000

DISCRIMINAÇÃO	ANEXO DAS METAS FISCAIS LEI ESTADUAL Nº 12.640/03	RREO 6º BIMESTRE/04 E RGF 3º QUADRIMESTRE/04
RECEITA TOTAL	7.556.839	8.251.144
DESPESA TOTAL	7.298.648	7.671.102
RESULTADO PRIMÁRIO (I-II)	258.191	439.017
RESULTADO NOMINAL	595.984	769.421
DÍVIDA LÍQUIDA GOVERNO ESTADUAL	10.201.928	9.324.485

■ Fonte: RREO — Relatório Resumido da Execução Orçamentária — 6º Bimestre de 2004 e RGF — Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2004.

Quanto ao item “*receita total*”, verifica-se que a receita realizada no exercício de 2004 foi de R\$ 8,25 bilhões, valor superior à meta estabelecida na LDO (R\$ 7,57 bilhões). Contudo, ressalta-se que a Receita informada pelo Poder Executivo não considerou as deduções da Receita Corrente para a formação do FUNDEF (conta contábil 2.06.01.09), cujo montante perfaz o valor de R\$ 675,62 milhões. Mesmo assim, destaca-se que o novo valor da Receita Total, de R\$ 7,58 bilhões, ainda é superior à meta estabelecida na LDO.

No tocante ao item “*despesa total*”, verifica-se que a despesa empenhada atingiu o montante de R\$ 7,67 bilhões, superior à meta prevista, significando dizer que a meta não foi atingida, uma vez que as despesas realizadas foram maiores que as previstas.

A meta máxima prevista na LDO para o “*resultado nominal*”, era de R\$ 595,98 milhões. O resultado alcançado foi de R\$ 769,42 milhões, portanto, em valor superior ao previsto, significando que a meta prevista não foi atingida.

Com relação ao “*resultado primário*”, importa dizer que o Estado, no exercício de 2004, obteve um resultado primário positivo de R\$ 439,03 milhões, atingindo a meta prevista na LDO.

Também foi atingida a meta para a “*Dívida Líquida Governo Estadual*”, pois a dívida líquida do Estado foi inferior àquela prevista na LDO em 8,60%.

4.2 CONTAS DO PODER LEGISLATIVO

4.2.1 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

4.2.1.1 Execução Orçamentária

A *Despesa Orçamentária da Assembleia Legislativa* do Estado para o exercício financeiro de 2004, no montante de R\$ 182.700.000,00, foi fixada pela Lei nº 12.872, de 16 de janeiro de 2004. Considerando as suplementações no valor de R\$ 12.333.000,00 e as anulações no valor de R\$ 19.682.107,78, ao final do exercício a despesa autorizada atingiu o montante de R\$ 175.110.102,48, representando 4,15% aquém do orçamento original.

Para a execução do Orçamento da Assembleia Legislativa em 2004, o Tesouro do Estado repassou, com base na Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO, o valor de R\$ 173.172.649,97, conforme mostrado na tabela a seguir:

TABELA 4.2.1
RECURSOS DISPONÍVEIS À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
EXERCÍCIO DE 2004

	Em R\$
	VALORES E PERCENTUAIS
PARTICIPAÇÃO NA RECEITA LÍQUIDA DISPONÍVEL	173.172.649,97
RECEITA LÍQUIDA DISPONÍVEL DO ESTADO	4.810.351.334,43
% DA RECEITA LÍQUIDA DISPONÍVEL PREVISTO NA LDO	3,60%
VALOR DEVIDO CONFORME LDO (A)	173.172.648,04
TOTAL TRANSFERÊNCIA DO TESOUREO (B)	173.172.649,97
DIFERENÇA (B-A) R\$	1,93
% DA RECEITA LÍQUIDA DISPONÍVEL TRANSFERIDO	3,60%
OUTRAS RECEITAS	1.248.833,62
RENDAS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.192.153,76
RESTITUIÇÕES	56.679,86
RECEITA TOTAL DISPONÍVEL NO EXERCÍCIO	174.421.483,59

■ Fonte: Balanço Consolidado Geral do Estado — Dezembro/2004/TCE/DPE.

As transferências à Assembléia Legislativa atenderam o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Além das *Cotas de Despesas Recebidas* como participação na Receita Líquida Disponível, a Assembléia Legislativa, obteve outras receitas que totalizaram R\$ 1.192.153,76, principalmente decorrentes de aplicações financeiras. Assim, durante o exercício, os recursos financeiros disponíveis para a Assembléia Legislativa atingiu R\$ 174.421.483,59.

Demonstra-se na tabela a seguir a execução orçamentária por elemento de despesa da Assembléia Legislativa no exercício de 2004:

TABELA 4.2.2
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
EXERCÍCIO DE 2004

	Em R\$	
ESPECIFICAÇÃO	VALORES	%
DESPESA ORÇADA	182.700.000,00	100,00
DESPESA AUTORIZADA	175.350.892,22	95,98
DESPESA REALIZADA (EMPENHADA)	175.110.102,48	99,86
DESPESAS CORRENTES	167.859.211,90	95,86
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	116.352.966,34	95,86
APLICAÇÕES DIRETAS	116.352.966,34	66,45
APOSENTADORIAS E REFORMAS	28.381.857,41	16,21
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS — PESSOAL CIVIL	76.462.538,21	43,67
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	9.301.552,41	5,31
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS — PESSOAL CIVIL	2.026.820,94	1,16
DESP. EXERC. ANTERIORES	146.022,72	0,08
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	34.174,65	0,02
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	51.506.245,56	29,41
TRANSFERÊNCIA A INSTITUIÇÕES PRIVADAS S/FINS LUCRATIVOS	5.530.734,35	3,16
SUBVENÇÕES SOCIAIS	5.350.734,35	3,06
APLICAÇÕES DIRETAS	46.155.511,21	26,36
OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	103.078,57	0,06
DIÁRIA-CIVIL	8.580.592,56	4,9
MATERIAL DE CONSUMO	1.705.030,01	0,97
PREMIAÇÃO CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENT. E DESPORTIVAS	13.456,00	0,16
MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	128.219,34	0,07
PASSAGENS E DESPESAS C/ LOCOMOÇÃO	2.892.379,33	1,65
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	2.000	0,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS — PESSOA FÍSICA	63.890,50	0,04
LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	3.397.948,42	1,94
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS — PESSOA JURÍDICA	11.660.981,55	6,66
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	14.496.082,75	8,28
OBRIG. TRIB. E CONTRIBUTIVAS	19.622,20	0,01
DESP. EXERCÍCIOS ANTERIORES	239.997,98	0,14
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.852.232,00	1,63

continua

continuação

ESPECIFICAÇÃO	VALORES	%
DESPESAS DE CAPITAL	4.148.984,64	2,37
INVESTIMENTOS	4.148.984,64	2,37
APLICAÇÕES DIRETAS	4.148.984,64	2,37
OBRAS E INSTALAÇÕES	1.557.338,32	0,89
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.591.646,32	1,48
TOTAL EMPENHADO	175.110.102,48	100,00
SALDO ORÇAMENTÁRIO	240.789,74	0,14

■ Fonte: Balanço Geral da Assembleia Legislativa — Dezembro/2004.

O exame da execução orçamentária da despesa da Assembleia Legislativa no exercício financeiro de 2004 revela que do total autorizado foram utilizados 99,86% dos créditos. A despesa orçamentária correspondeu a 100,39% da receita recebida pela ALESC.

Destaca-se que do total empenhado pela Assembleia Legislativa (R\$ 175,11 milhões) no exercício financeiro de 2004, R\$ 4,33 milhões foram inscritos em Restos a Pagar, constituindo-se de R\$ 4,22 milhões por Restos a Pagar Não Processados e R\$ 118,79 mil por Restos a Pagar Processados. Significa dizer que no exercício de 2004, a Assembleia Legislativa efetuou o pagamento de despesas no valor de R\$ 170,78 milhões, o que representa 97,53% do total de suas despesas empenhadas.

A tabela a seguir demonstra a disponibilidade de caixa em 31 de dezembro de 2004 e a inscrição dos restos a pagar não processados no exercício:

TABELA 4.2.3

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA — EXERCÍCIO DE 2004

Em R\$ 1.000			
ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
ATIVO DISPONÍVEL	9.121	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	131
Disponibilidade Financeira	9.121	Depósitos	0
Caixa	0	Restos a Pagar Processados	120
Bancos	9.121	Do Exercício	118
Conta Movimento	9.110	De Exercícios Anteriores	1
Contas Vinculadas	0	Outras Obrigações Financeiras	00
Aplicações Financeiras	0,00		
Outras Disponibilidades Financeiras	11		
SUBTOTAL	9.121	SUBTOTAL	131
Insuficiência antes da inscrição em Restos a Pagar Não Processados (I)	0,00	Suficiência antes da inscrição em Restos a Pagar Não Processados (II)	8.990
TOTAL	9.121	TOTAL	9.121
Inscrição em Restos a Pagar Não Processados (III)			4.220
Suficiência após a inscrição em Restos a Pagar Não Processados (IV) = (II — III)			4.769
DÉFICIT	0	SUPERÁVIT	4.769

■ Fonte: Processo LRF05/00515042 referente ao Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre/2004/TCE.

Constata-se que a Assembleia Legislativa, em 31/12/2004, antes da inscrição de despesas em Restos a Pagar Não Processados, apresentava suficiência financeira de R\$ 8,99 milhões de reais. Após a inscrição em Restos a Pagar Não

Processados, verificou-se um superávit financeiro de R\$ 4,77 milhões de reais, o que significa dizer, que os valores obtidos com o Ativo Disponível Total foram suficientes para fazer frente às Obrigações Financeiras no exercício de 2004.

4.2.1.1.1 Despesas com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida

A *Despesa com Pessoal do Poder Legislativo*, incluído o Tribunal de Contas, nos termos do art. 20, II, alínea “a”, da Lei Complementar nº 101/2000, não poderá ultrapassar 3,00% da Receita Corrente Líquida do Estado, apurada conforme art. 2º, IV da Lei Complementar nº 101/2000, que em 2004 atingiu R\$ 5.669.193.718,27, conforme valores apresentados pelo Poder Executivo e apuração efetuada pelo Tribunal de Contas do Estado.

Consoante preceito insculpido no § 1º do art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000, o percentual atribuído ao Poder Legislativo deve ser repartido entre a Assembleia Legislativa e o Tribunal de Contas. Dessa repartição resultou o percentual de 2,20% para a Assembleia Legislativa.

Apurada nos termos do art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000, a Despesa com Pessoal da Assembleia Legislativa foi de R\$ 115,11 milhões de reais, conforme levantamento efetuado pelo Tribunal de Contas do Estado, correspondendo no exercício de 2004, a 2,03% da Receita Corrente Líquida, segundo mostra a tabela a seguir:

TABELA 4.2.4
DESPESA COM PESSOAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
EXERCÍCIO DE 2004

Em R\$ 1.000	
DESPESA COM PESSOAL	VALORES E PERCENTUAIS
DESPESA TOTAL COM PESSOAL NO EXERCÍCIO DE 2004 — CONFORME LRF	115.115
% DESPESA TOTAL LÍQUIDA COM PESSOAL EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	2,03
LIMITE LEGAL CONFORME LRF (%)	2,20
LIMITE PRUDENCIAL (%)	2,09

■ Fonte: Processo LRF05/00515042, referente ao Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre/2004/TCE.

Contata-se que no último quadrimestre do exercício de 2004 a *despesa total com pessoal da Assembleia Legislativa* correspondia a 2,09% da receita corrente líquida, ou seja, 0,17 ponto percentual inferior ao limite legal e 0,06 ponto percentual inferior ao limite prudencial.

4.2.2 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

4.2.2.1 Execução Orçamentária

A Lei Estadual nº 12.872/2004 fixou a *Despesa Orçamentária do Tribunal de Contas* do Estado para o exercício financeiro de 2004, em de R\$ 68.400.000,00. Considerando as suplementações no valor de R\$ 4.130.000,00 e as anulações no valor de R\$ 10.788.368,89, ao final do exercício a despesa autorizada permaneceu em R\$ 61.741.631,11.

Para a execução do Orçamento do Tribunal de Contas em 2004, o Poder Executivo promoveu transferências de recursos do Tesouro do Estado, na proporção de 1,20% da Receita Líquida Disponível (RLD), correspondente ao valor de R\$ 57.724.216,67, com base na Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO. Além das Cotas de Despesas Recebidas como participação na Receita Líquida Disponível, o Tribunal de Contas obteve receitas de aplicações financeiras. Tudo conforme discriminado na tabela a seguir:

TABELA 4.2.5

TRANSFERÊNCIAS DO TESOUREO AO TRIBUNAL DE CONTAS E PARTICIPAÇÃO NA RECEITA LÍQUIDA DISPONÍVEL E OUTRAS RECEITAS DO EXERCÍCIO DE 2004

Em R\$	
	VALORES
PARTICIPAÇÃO NA RECEITA LÍQUIDA DISPONÍVEL	57.724.216,67
RECEITA LÍQUIDA DISPONÍVEL DO ESTADO	4.810.351.334,43
% DA RECEITA LÍQUIDA DISPONÍVEL PREVISTO NA LDO	1,20%
VALOR DEVIDO CONFORME LDO (A)	57.724.216,01
TOTAL TRANSFERÊNCIA DO TESOUREO — COTAS DE DESPESAS RECEBIDAS (B)	57.724.216,67
DIFERENÇA (B-A)	0,66
% DA RECEITA LÍQUIDA DISPONÍVEL TRANSFERIDO	1,20%
OUTRAS RECEITAS	1.611.523,88
RENDAS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.611.523,88
TOTAL RECEITA DISPONÍVEL DURANTE O EXERCÍCIO	59.335.740,55

■ Fonte: Balanço Geral do Estado — Dezembro/2004. Método do TCE/DPE.

Demonstra-se na tabela a seguir, a execução orçamentária da despesa do Tribunal de Contas no exercício de 2004, a saber:

TABELA 4.2.6**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO TRIBUNAL DE CONTAS
EXERCÍCIO DE 2004**

Em R\$

ESPECIFICAÇÃO	VALORES	%
DESPESA ORÇADA	68.400.000,00	100,00
DESPESA AUTORIZADA	61.741.631,11	100,00
DESPESA REALIZADA (EMPENHADA)	56.944.861,98	92,23
DESPESAS CORRENTES	56.189.868,56	98,67
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	44.724.958,82	78,54
APLICAÇÕES DIRETAS	44.724.958,82	78,54
APOSENTADORIAS E REFORMAS	17.010.168,12	29,87
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS — PESSOAL CIVIL	25.081.131,65	44,04
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.815.936,28	3,19
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS — PESSOAL CIVIL	39.607,67	0,07
DESP. EXERC. ANTERIORES	659.975,77	1,16
RESSARCIMENTO DE DESPESAS PESSOAL REQUISITADO	118.139,33	0,21
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.464.909,74	20,13
APLICAÇÕES DIRETAS	11.464.909,74	20,13
OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	186.631,09	0,33
DIÁRIA-CIVIL	789.646,00	1,39
MATERIAL DE CONSUMO	812.153,27	1,43
PREMIAÇÕES CULT., ART., CIENT., DESPORTIVAS E OUTRAS	12.960,00	0,02
PASSAGENS E DESPESAS C/ LOCOMOÇÃO	198.072,43	0,35
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS — PES. FÍSICA	150.004,60	0,26
LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	2.142.833,55	3,76
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS — PES. JUR.	2.527.990,95	4,44
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	4.613.626,90	8,10
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	25.684,49	0,05
DESP. EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.148,67	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.157,79	0,01
DESPESAS DE CAPITAL	754.993,36	1,33
INVESTIMENTOS	754.993,36	1,33
APLICAÇÕES DIRETAS	754.993,36	1,33
OBRAS E INSTALAÇÕES	754.993,36	1,33
TOTAL EMPENHADO	56.944.861,92	100,00
SALDO ORÇAMENTÁRIO	4.796.769,13	7,77
RECEITA TOTAL	59.335.740,55	100,00
% DESPESAS / RECEITAS		95,97

■ Fonte: Balanço Geral do Tribunal de Contas do Estado — Dezembro/2004.

A análise da execução orçamentária da despesa do Tribunal de Contas do Estado, no exercício financeiro de 2004, revela que do total autorizado foram utilizados 92,23%. A Despesa Orçamentária correspondeu a 95,97% da receita recebida pelo TCE.

Do total empenhado pelo Tribunal de Contas no exercício de 2004, R\$ 864.738,99 foram inscritos em Restos a Pagar, sendo que deste montante, R\$ 654.707,63 correspondem a Restos a Pagar Não Processados. Assim, pode-se dizer que no exercício de 2004 o Tribunal de Contas efetuou o pagamento de despesas no valor de R\$ 56.080.122,93, o que representa 98,48% do total de suas despesas empenhadas.

A tabela a seguir demonstra a disponibilidade de caixa em 31 de dezembro de 2004 e a inscrição dos restos a pagar processados e não processados no exercício.

TABELA 4.2.7
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE
DE CAIXA DO TRIBUNAL DE CONTAS
EXERCÍCIO DE 2004

		Em R\$ 1.000	
ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
ATIVO DISPONÍVEL	12.748	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	231
Disponibilidade Financeira	12.748	Depósitos	21
Caixa	-	Restos a Pagar Processados	210
Bancos	12.741	Do Exercício	210
Conta Movimento	41	De Exercícios Anteriores	-
Contas Vinculadas	-	Outras Obrigações Financeiras	-
Aplicações Financeiras	12.701		
Outras Disponibilidades Financeiras	7		
SUBTOTAL	12.748	SUBTOTAL	231
Insuficiência antes da inscrição em	-	Suficiência antes da inscrição em	12.517
Restos a Pagar Não Processados (I)	-	Restos a Pagar Não Processados (II)	-
TOTAL	12.748	TOTAL	12.748
Inscrição em Restos a Pagar Não Processados (III)	-		655
Suficiência após a inscrição em Restos a Pagar Não Processados (IV) = (II — III)	-		11.863
DÉFICIT	-	SUPERÁVIT	11.863

■ Fonte: Processo LRF 05/00167095, referente ao Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre/2004.

Ao final do exercício de 2004, após a inscrição em Restos a Pagar Não Processados, o Tribunal de Contas apresentava uma suficiência financeira de R\$ 11.862.693,48, gerando, assim, superávit financeiro.

4.2.2.1.1 Despesas com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida

Nos termos do art. 20, II, “a” da Lei Complementar Federal nº 101/2000, a Despesa Total com Pessoal do Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas, não poderá ultrapassar 3,00% da Receita Corrente Líquida do Estado, apurada conforme art. 2º, IV da Lei Complementar Federal nº 101/2000, que em 2004 atingiu R\$ 5.669.193.718,27, conforme valores apresentados pelo Poder Executivo e apuração efetuada pelo Tribunal de Contas do Estado.

Consoante preceito insculpido no § 1º do art. 20 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, o percentual atribuído ao Poder Legislativo deve ser repartido entre a Assembléia Legislativa e o Tribunal de Contas. Dessa repartição resultou o percentual de 0,80% para o Tribunal de Contas.

A *Despesa com Pessoal do Tribunal de Contas*, apurada, pelo próprio órgão, conforme o art. 18 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 foi de R\$ 44.064.983,05, correspondendo no exercício de 2004, a 0,78% da Receita Corrente Líquida, conforme mostra a tabela a seguir:

TABELA 4.2.8**DESPESA TOTAL COM PESSOAL DO TRIBUNAL DE CONTAS
EXERCÍCIO DE 2004**

		Em R\$ 1.000
DESPESA COM PESSOAL		VALORES E PERCENTUAIS
DESPESA TOTAL COM PESSOAL NO EXERCÍCIO DE 2004 — CONFORME LRF		44.065
% DESPESA TOTAL COM PESSOAL EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		0,78%
LIMITE LEGAL CONFORME LRF (%)		0,80%
LIMITE PRUDENCIAL (%)		0,76%

■ Fonte: Processo LRF 05/00167095, referente ao Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre/2004/TCE.

A análise demonstra que a Despesa com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida do Tribunal de Contas, ao final do exercício de 2004, situou-se em patamar inferior ao limite máximo, contudo superior ao limite prudencial, estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

4.3 CONTAS DO PODER JUDICIÁRIO

Este tópico trata do Poder Judiciário, incluindo o Fundo de Reparelhamento da Justiça.

4.3.1 Execução Orçamentária

A Lei Estadual nº 12.872/2004 fixou a *Despesa Orçamentária do Tribunal de Justiça* do Estado para o exercício financeiro de 2004 em R\$ 413.231.591,00 e a do Fundo de Reparelhamento da Justiça em R\$ 28.800.000,00, totalizando o montante de R\$ 442.031.591,00.

A Despesa Autorizada final resultou em R\$ 433.109.134,83, com diminuição de 2,02% em relação ao orçamento original, sendo R\$ 391.810.887,55 para o Tribunal de Justiça (5,18% de decréscimo) e R\$ 41.298.247,28 para o Fundo de Reparelhamento da Justiça (43,40% de acréscimo).

Para a execução do Orçamento do Tribunal de Justiça em 2004, o Poder Executivo promoveu transferência de recursos do Tesouro do Estado, na proporção de 6,76% da Receita Líquida Disponível (RLD), correspondente ao valor de R\$ 325.348.718,68, com base na Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO. O valor transferido foi superior em R\$ 650.003,61, ao montante devido, que é igual a 6,75% da RLD, ou sejam R\$ 324.698.715,07. Além das Cotas de Despesas Recebidas como participação na Receita Líquida Disponível, o Tribunal de Justiça obteve outras receitas, tudo conforme discriminado na tabela a seguir:

TABELA 4.3.1

TRANSFERÊNCIAS DO TESOIRO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
E PARTICIPAÇÃO NA RECEITA LÍQUIDA DISPONÍVEL
EXERCÍCIO DE 2004

Em R\$	
ÓRGÃO	VALORES E PERCENTUAIS
PARTICIPAÇÃO NA RECEITA LÍQUIDA DISPONÍVEL	325.348.718,68
RECEITA LÍQUIDA DISPONÍVEL DO ESTADO	4.810.351.334,43
% DA RECEITA LÍQUIDA DISPONÍVEL PREVISTO NA LDO	6,75%
VALOR DEVIDO CONFORME LDO (A)	324.698.715,07
TOTAL TRANSFERÊNCIA DO TESOIRO — COTAS DE DESPESAS RECEBIDAS (B)	325.348.718,68
DIFERENÇA (B-A)	650.003,61
% DA RECEITA LÍQUIDA DISPONÍVEL TRANSFERIDO	6,76%
OUTRAS RECEITAS	48.262.378,14
RENDAS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	4.211.597,49
PAGAMENTO DE SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA	18.949.380,25
AUXÍLIO-FUNERAL	29.315,29
RENDAS DE APLICAÇÕES CTA. ÚNICA TJ (LEI N.º 11.644/2000)	25.072.085,11
TOTAL RECEITAS DISPONÍVEIS DURANTE O EXERCÍCIO	373.611.096,82

■ Fonte: Balanço Geral do Estado — Dezembro/2004, e Balanço Geral do Tribunal de Justiça — Dezembro/2004.

Já as receitas do Fundo de Reaparelhamento da Justiça — FRJ, no exercício de 2004, importaram em R\$ 30.238.980,70, constituindo-se de Receitas Correntes e Cotas de Despesas Recebidas, conforme discriminado na tabela abaixo:

TABELA 4.3.2

RECEITA ORÇAMENTÁRIA ARRECADADA E RECURSOS FINANCEIROS
RECEBIDOS PELO FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA
EXERCÍCIO DE 2004

Em R\$	
ESPECIFICAÇÃO	VALOR
RECEITAS CORRENTES	29.304.745,31
Receitas Patrimoniais	1.923.591,92
Outras Receitas Correntes	27.381.153,39
COTAS DE DESPESAS RECEBIDAS	934.235,39
GRJ (125) Taxa Judiciária	934.235,39
TOTAL	30.238.980,70

■ Fonte: Balanço Geral do Fundo de Reaparelhamento da Justiça — Dezembro/2004.

A tabela seguinte mostra o total da Receita do Poder Judiciário no exercício de 2004, (Tribunal de Justiça e Fundo de Reaparelhamento da Justiça):

TABELA 4.3.3

RECEITA TOTAL DO PODER JUDICIÁRIO
EXERCÍCIO DE 2004

Em R\$		
ESPECIFICAÇÃO	VALOR	%
COTAS DE DESPESAS RECEBIDAS (1)	374.545.332,21	92,74
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (2)	29.304.745,31	7,26
TOTAL	403.850.077,52	100,00

■ Fonte: Balanços Gerais do Tribunal de Justiça e Fundo de Reaparelhamento de Justiça — Dezembro de 2004.

Notas: (1) Repasse do Tesouro do Estado ao Tribunal de Justiça — 6,75% da RLD, mais as rendas de aplicações financeiras, o pagamento de serventuários da Justiça, o auxílio funeral, as rendas de aplicações da conta única do TJ (Lei nº 11.644/2000), e GRJ-125-Taxa Judiciária (Fundo de Reaparelhamento da Justiça). (2) Receita Arrecadada pelo Fundo de Reaparelhamento da Justiça.

A tabela a seguir apresenta, de forma resumida, a execução orçamentária da Despesa do Tribunal de Justiça e do Fundo de Reparelhamento da Justiça:

TABELA 4.3.4
RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA
EXERCÍCIO DE 2004

Em R\$

ESPECIFICAÇÃO	ORÇAMENTO INICIAL	AUTORIZADO	REALIZADO	SALDO ORÇAMENTÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	413.231.591,00	391.810.887,55	376.958.263,72	14.852.623,83
FUNDO REAP. DA JUSTIÇA	28.800.000,00	41.298.247,28	28.097.228,16	13.201.019,12
TOTAL	442.031.591,00	433.109.134,83	405.055.491,88	28.053.642,95
%	100,00	97,98	93,52	6,48

■ Fonte: Balanços Gerais do Tribunal de Justiça e Fundo de Reparelhamento da Justiça — Dezembro de 2004.

Os dados acima, relativos à *execução orçamentária da Despesa do Poder Judiciário*, no exercício financeiro de 2004, revelam que do total autorizado foram utilizados 93,52%, restando um saldo orçamentário de 6,48%.

Do total empenhado, 96,64% correspondem a Despesas Correntes e 3,36% representam Despesas de Capital. A tabela a seguir discrimina a execução orçamentária por elemento de despesa do Poder Judiciário, no exercício de 2004.

TABELA 4.3.5
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO PODER JUDICIÁRIO
EXERCÍCIO DE 2004

Em R\$

ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	FUNDO REAP. JUSTIÇA	TOTAL	%
DESPESA ORÇADA	413.231.591,00	28.800.000,00	442.031.591,00	100,00
DESPESA AUTORIZADA	391.810.887,55	41.298.247,28	433.109.134,83	97,98
DESPESA REALIZADA (EMPENHADA)	376.958.263,72	28.097.228,16	405.055.491,88	93,52
DESPESAS CORRENTES	370.768.982,99	20.685.456,28	391.454.439,27	96,64
PESSOAL E ENC. SOCIAIS	306.204.210,01	0,00	306.204.210,01	75,60
APLICAÇÕES DIRETAS	306.204.210,01	0,00	306.204.210,01	75,60
APOS. E REFORMAS	75.781.363,20	0,00	75.781.363,20	18,71
SALÁRIO-FAMÍLIA	23.821,47	0,00	23.821,47	0,01
VENCIM. E VANT. FIXAS — P. CIVIL	181.956.243,77	0,00	181.956.243,77	44,92
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	13.836.763,24	0,00	13.836.763,24	3,42
OUTRAS DESPESAS VARIÁV. — P. CIVIL	3.098.168,86	0,00	3.098.168,86	0,76
OUTRAS DESPESAS PESSOAL-TERC.	981.961,05	0,00	981.961,05	0,24
DESPESAS EXERCÍCIOS ANTERIORES	30.525.888,42	0,00	30.525.888,42	7,54
OUTRAS DESP. CORRENTES	64.564.772,98	20.685.456,28	85.250.229,26	21,05
TRANSF. INST. PRIV. S/ FINS LUCRAT.	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00	0,25
CONTRIBUIÇÕES	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00	0,25
APLICAÇÕES DIRETAS	64.564.772,98	19.685.456,28	84.250.229,26	20,80
OUTROS BEN. ASSISTENCIAIS	1.257.653,40	0,00	1.257.653,40	0,31
DIÁRIA-CIVIL	2.956.564,50	4.601,50	2.961.166,00	0,73
MATERIAL DE CONSUMO	7.770.467,66	2.567.064,34	10.337.532,00	2,55
PREM. CULT. ART. CIENT. DESP.	1.337,00	0,00	1.337,00	0,00
PASS. E DEP.C/ LOCOMOÇÃO	295.103,31	0,00	295.103,31	0,07
OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS — PF	2.151.701,72	2.926.959,85	5.078.661,57	1,25
LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	4.976.986,86	4.244.161,50	9.221.148,36	2,28
OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS — PJ	19.452.584,36	6.915.889,72	26.368.474,08	6,51
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	23.470.000,00	0,00	23.470.000,00	5,79
OBRIG. TRIB. CONTRIBUTIVAS	87.367,10	74.340,08	161.707,18	0,04
DESP. EXERCÍCIOS ANTERIORES	114.009,51	37.511,49	151.521,00	0,04
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.030.997,56	2.914.927,80	4.945.925,36	1,22
DESPESAS DE CAPITAL	6.189.280,73	7.411.771,88	13.601.052,61	3,36
INVESTIMENTOS	6.189.280,73	7.411.771,88	13.601.052,61	3,36
TR. INST. PRIV. S/ FINS LUCRAT.	0,00	900.000,00	900.000,00	0,22
CONTRIBUIÇÕES	0,00	900.000,00	900.000,00	0,22

continua

continuação

ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	FUNDO REAP. JUSTIÇA	TOTAL	%
APLICAÇÕES DIRETAS	6.189.280,73	6.511.771,88	12.701.052,61	3,14
OBRAS E INSTALAÇÕES	271.531,47	5.278.667,65	5.550.199,12	1,37
EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE	5.555.687,79	933.104,23	6.488.792,02	1,60
AQUIS. IMÓVEIS	0,00	300.000,00	300.000,00	0,07
DESPESAS EXERCÍCIOS ANTERIORES	362.061,47	0,00	362.061,47	0,09
TOTAL EMPENHADO	376.958.263,72	28.097.228,16	405.055.491,88	100,00
SALDO ORÇAMENTÁRIO	14.852.623,83	13.201.019,12	28.053.642,95	6,48
RECEITA TOTAL			403.850.077,52	100,00
% DESPESA/RECEITA				100,30

■ Fonte: Balanços Gerais do Tribunal de Justiça e Fundo de Reaparelhamento da Justiça — Dezembro/2004.

Do total empenhado pelo Poder Judiciário no exercício financeiro de 2004, destaca-se que R\$ 11.713.952,23 foram inscritos em Restos a Pagar, constituindo-se em sua totalidade de Restos a pagar Não Processados.

Assim, pode-se dizer que no exercício de 2004, o Poder Judiciário efetuou pagamento de despesas no valor de R\$ 393.341.539,65, o que representa 97,11% do total de suas despesas empenhadas. A tabela abaixo demonstra a disponibilidade de caixa em 31 de dezembro de 2004 e a inscrição dos Restos a Pagar Processados e não Processados no exercício.

TABELA 4.3.6

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA DO PODER JUDICIÁRIO EXERCÍCIO DE 2004

		Em R\$ 1.000	
ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	445.646	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	401.847
Disponibilidade Financeira	445.646	Depósitos	401.847
Caixa	-	Restos a Pagar Processados	-
Bancos	445.646	Do Exercício	-
Conta Movimento	214	De Exercícios Anteriores	-
Contas Vinculadas	397.692	Outras Obrigações Financeiras	-
Aplicações Financeiras	47.740		
Outras Disponibilidades Financeiras	-		
SUBTOTAL	445.646	SUBTOTAL	401.847
Insuficiência antes da inscrição em	-	Suficiência antes da inscrição em	43.799
Restos a Pagar Não Processados (I)		Restos a Pagar Não Processados (II)	
TOTAL	445.646	TOTAL	445.646
Inscrição em Restos a Pagar Não Processados (III)			11.714
Suficiência após a inscrição em Restos a Pagar Não Processados (IV) = (II — III)			32.085
DÉFICIT	0	SUPERÁVIT	32.085

■ Fonte: Processo LRF 05/00500797, referente ao Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2004.

Ao final do exercício de 2004, após a inscrição em Restos a Pagar Não Processados, o Poder Judiciário apresentava suficiência financeira de R\$ 32.084.739,47, gerando assim, um superávit financeiro ao final do exercício de 2004.

4.3.1.1 Despesas com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida

Nos termos do art. 20, II, “b” da Lei Complementar Federal nº 101/2000, a Despesa Total com Pessoal do Poder Judiciário não poderá ultrapassar 6,00% da Receita Corrente Líquida do Estado, apurada em conformidade com o art. 2º, IV,

da Lei Complementar Federal nº 101/2000, que em 2004 atingiu R\$ 5.669.193.718,27, conforme valores apresentados pelo Poder Executivo e apuração efetuada pelo Tribunal de Contas do Estado.

A *Despesa com Pessoal do Poder Judiciário* apurada, segundo o art. 18 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, foi R\$ 275.678.321,59, conforme apuração efetuada pelo Tribunal de Contas do Estado, correspondendo, no exercício de 2004, a 4,86% da Receita Corrente Líquida, conforme explicitado na tabela a seguir:

TABELA 4.3.7

**DESPESA COM PESSOAL DO PODER JUDICIÁRIO
EXERCÍCIO DE 2004**

Em R\$ 1.000	
	VALOR E PERCENTUAIS
DESPESA TOTAL COM PESSOAL NO EXERCÍCIO DE 2004 — CONFORME LRF	275.678
% DESPESA TOTAL COM PESSOAL EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	4,86%
LIMITE LEGAL CONFORME LRF (%)	5,70%
LIMITE PRUDENCIAL (%)	6,00%

■ Fonte: Processo LRF 05/00500797, referente ao Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2004.

A análise demonstra que no exercício de 2004, o montante da despesa com pessoal do Poder Judiciário em relação à Receita Corrente Líquida resultou em um percentual inferior aos limites máximo e prudencial, com gastos correspondentes a 0,84 ponto percentual abaixo do limite prudencial. Significa dizer que os gastos com pessoal do Poder Judiciário estão 18,95% abaixo do limite máximo previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

4.4 CONTAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

As contas do Ministério Público, incluindo o Fundo para Reconstituição de Bens Lesados, o Fundo Especial do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público e o Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Ministério Público, serão tratadas neste tópico.

4.4.1 Execução Orçamentária

A *Despesa Orçamentária do Ministério Público* do Estado para o exercício financeiro de 2004, fixada pela Lei nº 12.872, de 16 de janeiro de 2004, ficou estabelecida em R\$ 138.600.000,00; além de R\$ 1.000.000,00 ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados, R\$ 635.056,00, para o Fundo Especial do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público, e R\$ 5.364.944,00 para o Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Ministério Público, totalizando despesa orçamentária fixada de R\$ 145.600.000,00.

No decorrer da execução orçamentária o valor original orçado para o Ministério Público foi suplementado em R\$ 26.305.927,33. Além disso, foram anuladas dotações de R\$ 27.607.659,35, passando a representar uma despesa autorizada de R\$ 137.298.267,98, ou 99,06% do valor inicialmente orçado.

O orçamento do Fundo Especial do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento do Ministério Público foi suplementado e anulado em R\$ 180.000,00, restando despesa autorizada de R\$ 635.056,00.

Com relação ao Fundo Especial de Modernização e Reparelhamento do Ministério Público, constatou-se suplementação no valor de R\$ 2.545.929,39. Foram anuladas despesas no valor de R\$ 1.680.200,00, resultando em despesa autorizada totalizasse R\$ 6.230.673,39.

Durante o exercício, em razão de suplementações e anulações, o Fundo para Reconstituição de Bens Lesados, teve despesa autorizada de R\$ 145.163.997,37.

Para a execução do Orçamento do Ministério Público em 2004, o Poder Executivo promoveu transferência de recursos do Tesouro do Estado, na proporção de 2,83% da Receita Líquida Disponível (RLD), correspondente ao valor de R\$ 137.439.838,86, com base na Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO. O valor transferido foi superior em R\$ 2.750.001,50, ao montante devido, que é igual a 2,80% da RLD, ou sejam R\$ 134.689.837,36. Além das Cotas de Despesas Recebidas como participação na Receita Líquida Disponível, o Ministério Público obteve outras receitas, tudo conforme discriminado na tabela a seguir:

TABELA 4.4.1
TRANSFERÊNCIAS DO TESOIRO AO MINISTÉRIO PÚBLICO
E PARTICIPAÇÃO NA RECEITA LÍQUIDA DISPONÍVEL
EXERCÍCIO DE 2004

Em R\$	
ÓRGÃO	VALORES E PERCENTUAIS
PARTICIPAÇÃO NA RECEITA LÍQUIDA DISPONÍVEL	137.439.838,86
RECEITA LÍQUIDA DISPONÍVEL DO ESTADO	4.810.351.334,43
% DA RECEITA LÍQUIDA DISPONÍVEL PREVISTO NA LDO	2,80%
VALOR DEVIDO CONFORME LDO (A)	134.689.837,36
TOTAL TRANSFERÊNCIA DO TESOIRO — COTAS DE DESPESAS RECEBIDAS (B)	137.439.838,86
DIFERENÇA (B-A)	2.750.001,50
% DA RECEITA LÍQUIDA DISPONÍVEL TRANSFERIDO	2,83%
OUTRAS RECEITAS	881.359,96
RENDAS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	569.770,41
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	269.882,92
RESTITUIÇÕES EM FOLHA DE PAGAMENTO	21.706,63
TOTAL	138.321.198,82

■ Fonte: Balanço Geral do Estado/2004 e método do TCE/DPE. E Balanço Geral do Ministério Público — Dezembro/2004.

A tabela a seguir mostra as Receitas Orçamentárias Realizadas no exercício de 2004, pelos seguintes Fundos: Fundo para Reconstituição de Bens Lesados (R\$ 197.072,33); Fundo Especial do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Fun-

cional do Ministério Público (R\$ 218.744,98); Fundo Especial de Modernização e Reparelhamento do Ministério Público (R\$ 5.467.766,43):

TABELA 4.4.2

RECEITA ORÇAMENTÁRIA ARRECADADA E RECURSOS FINANCEIROS RECEBIDOS PELO FUNDO PARA RECONSTITUIÇÃO DE BENS LESADOS, FUNDO ESPECIAL DO CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO E FUNDO ESPECIAL DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO EXERCÍCIO DE 2004

ESPECIFICAÇÃO		Em R\$
FUNDO PARA RECONSTITUIÇÃO DE BENS LESADOS		VALOR
RECEITAS CORRENTES		197.072,33
Receitas Patrimoniais		74.580,13
Outras Receitas Correntes		122.492,20
TOTAL		197.072,33
FUNDO ESPECIAL DO CENTRO DE ESTUDOS E APERF. FUNCIONAL DO MP		
RECEITAS CORRENTES		218.744,98
Receitas Patrimoniais		21.308,83
Receitas de Serviços		197.436,15
TOTAL		218.744,98
FUNDO DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO		
RECEITAS CORRENTES		5.467.766,43
Receitas Patrimoniais		222.795,02
Outras Receitas Correntes		5.244.971,41
COTAS DE DESPESAS RECEBIDAS		233.558,86
Taxa Judiciária — LC nº 237/2002		233.558,86
TOTAL		5.701.325,29

■ Fonte: Balanço Geral dos respectivos Fundos — Dezembro/2004.

A tabela seguinte mostra a totalidade da Receita do Ministério Público Estadual no exercício de 2004 (Ministério Público, Fundo para Reconstituição de Bens Lesados, Fundo Especial do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público de Santa Catarina e Fundo Especial de Modernização e Reparelhamento do Ministério Público):

TABELA 4.4.3

RECEITA TOTAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL EXERCÍCIO DE 2004

ESPECIFICAÇÃO		Em R\$	
		VALOR	%
COTAS DE DESPESAS RECEBIDAS		137.673.397,72	95,32
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		6.764.943,70	4,68
TOTAL		144.438.341,42	100,00

■ Fonte: Balanços Gerais do Ministério Público; Fundo para Reconstituição de Bens Lesados, e Fundo Especial do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público — Dezembro/2004.

A tabela a seguir discrimina a execução orçamentária da Despesa do Ministério Público:

TABELA 4.4.4**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
EXERCÍCIO DE 2004**

Em R\$

ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA	Ministério Público	FUNDO ESP. C. EST. APERF. F. MINIST. PÚBLICO	FUNDO ESP. REAP. E MODERN. DO MP	FUNDO RECON. DE BENS LESADOS	TOTAL	%
DESPESA ORÇADA	138.600.000,00	635.056,00	5.364.944,00	1.000.000,00	145.600.000,00	100,0
DESPESA AUTORIZADA	137.298.267,98	635.056,00	6.230.673,39	1.000.000,00	145.163.997,37	99,70
DESPESA REALIZADA	137.177.624,81	174.653,04	3.474.414,70	113.523,80	140.940.216,35	97,09
DESPESAS CORRENTES	136.722.503,59	157.494,04	1.307.604,54	84.793,80	138.272.395,97	98,11
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	124.448.673,53	—	—	—	124.448.673,53	88,30
APLICAÇÕES DIRETAS	124.448.673,53	—	—	—	124.448.673,53	88,30
Aposentadorias e Reformas	35.646.543,31	—	—	—	35.646.543,31	25,29
Salário-Família	—	—	—	—	—	0,00
Venc. e Vant. Fixas — Pes. Civil	76.827.853,10	—	—	—	76.827.853,10	54,51
Venc. e Vant. Fixas — Pes. Militar	224.206,93	—	—	—	224.206,93	0,16
Obrig. Patronais	3.590.914,57	—	—	—	3.590.914,57	2,55
Outras Desp. Var. — Pes. Civil	229.733,18	—	—	—	229.733,18	0,16
Outras Desp. Var. — Pes. Militar	6.210,00	—	—	—	6.210,00	0,00
Desp. Exerc. Anteriores	7.923.212,44	—	—	—	7.923.212,44	5,62
Ressarc. Desp. Pes. Requisitado	—	—	—	—	—	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.273.830,06	157.494,04	1.307.604,54	84.793,80	13.823.722,44	9,81
APLICAÇÕES DIRETAS	12.273.830,06	157.494,04	1.307.604,54	84.793,80	13.823.722,44	9,81
Outros Benefícios Assistenciais	213.822,63	783,80	—	—	214.606,43	0,15
Diárias — Civil	405.527,37	50.000,00	—	—	455.527,37	0,32
Diárias — Militar	18.672,50	—	—	—	18.672,50	0,01
Material de Consumo	1.371.993,13	9.815,00	576.964,06	10.000,00	1.968.772,19	1,40
Passagens e Desp. Locomoção	84.032,36	50.000,00	—	—	134.032,36	0,10
Serviços de Consultoria	51.625,36	—	98.992,92	—	150.618,28	0,11
Outros Serv. De Terc. - Pes. Física	2.337.475,25	1.062,00	84.118,67	74.793,80	2.497.449,72	1,77
Locação de M.Obra	2.885.627,84	—	112.102,70	—	2.997.730,54	2,13
Outras Serv. De Terc. — Pes. Jur.	2.484.029,64	45.571,84	433.276,98	—	2.962.878,46	2,10
Auxílio — Alimentação	1.507.436,67	—	—	—	1.507.436,67	1,07
Obrigações Trib. e Contributiva	35.058,75	261,40	—	—	35.320,15	0,03
Desp. Exerc. Anteriores	169.991,70	—	2.149,21	—	172.140,91	0,12
Indenizações e Restituições	708.536,79	—	—	—	708.536,79	0,50
DESPESAS DE CAPITAL	455.121,22	17.159,00	2.166.810,16	28.730,00	2.667.820,38	1,89
INVESTIMENTOS	455.121,22	17.159,00	2.166.810,16	28.730,00	2.667.820,38	1,89
Transf. Instit. Priv. sem fins Lucrativos	—	—	—	6.460,00	6.460,00	0,00
Auxílios	—	—	—	6.460,00	6.460,00	0,00
APLICAÇÕES DIRETAS	455.121,22	17.159,00	2.166.810,16	22.270,00	2.661.360,38	1,89
Obras e Instalações	—	—	689.130,55	—	689.130,55	0,49
Equipam. e Mat. Permanentes	405.121,22	—	1.438.679,61	22.270,00	1.866.070,83	1,32
Aquisição de Imóveis	—	—	39.000,00	—	39.000,00	0,03
Indenizações e Restituições	50.000,00	—	—	—	50.000,00	0,04
TOTAL EMPENHADO	137.177.624,81	174.653,04	3.474.414,70	113.523,80	140.940.216,35	97,09
SALDO ORÇAMENTÁRIO	120.643,17	460.402,96	2.756.258,69	886.476,20	4.223.781,02	2,91
RECEITA TOTAL	138.321.198,82	218.744,98	5.701.325,29	197.072,33	144.438.341,42	
% DESPESA/RECEITA	99,17	79,84	60,94	57,61	97,58	

■ Fonte: Balanços Gerais do Ministério Público, Fundo Especial do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público e Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Ministério Público — Dezembro/2004.

Observando a execução orçamentária do Ministério Público de 2004, observa-se que do total autorizado foram utilizados 97,09%. A Despesa Orçamentária correspondeu a 97,58% da receita recebida pelo Ministério Público.

Destaca-se que no exercício financeiro de 2004, do total empenhado pelo Ministério Público, R\$ 2.770.266,44 foram inscritos em Restos a Pagar, sendo que deste montante, R\$ 2.719.876,44 correspondem a Restos a Pagar Não Processados.

Desta forma, pode-se dizer que no exercício de 2004, o Ministério Público efetuou o pagamento de despesas no valor de R\$ 138.220.339,91, o que representa 98,07% do total de suas despesas empenhadas. A tabela a seguir mostra a disponibilidade de caixa em 31 de dezembro de 2004 e a inscrição dos Restos a Pagar Processados e não Processados no exercício:

TABELA 4.4.5
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
EXERCÍCIO DE 2004

Em R\$			
ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
ATIVO DISPONÍVEL	8.558	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	50
Disponibilidade Financeira	8.558	Depósitos	0
Caixa	0	Restos a Pagar Processados	50
Bancos	8.558	Do Exercício	50
Conta Movimento	1	De Exercícios Anteriores	0
Contas Vinculadas	510	Outras Obrigações Financeiras	0
Aplicações Financeiras	8.046		
Outras Disponibilidades Financeiras	0,00		
SUBTOTAL	8.558	SUBTOTAL	50
Insuficiência antes da inscrição em Restos a Pagar Não Processados (I)	0,00	Suficiência antes da inscrição em Restos a Pagar Não Processados (II)	8.508
TOTAL	8.558	TOTAL	8.558
Inscrição em Restos a Pagar Não Processados (III)			2.719
Suficiência após a inscrição em Restos a Pagar Não Processados (IV) = (II — III)			5.788
DÉFICIT	0	SUPERÁVIT	5.788

■ Fonte: Processo LRF 05/00166951 — Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre/2004/TCE.

Constata-se que o Ministério Público Estadual, em 31/12/2004, antes da inscrição de despesas em Restos a Pagar Não Processados, apresentava suficiência financeira de R\$ 8,508 milhões. Verificou-se superávit financeiro de R\$ 5,78 milhões após a inscrição em Restos a Pagar Não Processados, o que significa dizer que, os valores obtidos com o Ativo Disponível Total foram suficientes para fazer frente às Obrigações Financeiras no exercício de 2004.

4.4.1.1 Despesas com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida

A Despesa Total com Pessoal do Ministério Público, conforme preceitua o art. 20, inciso II, “d” da Lei Complementar nº 101/2000, não poderá ultrapassar 2,00% da Receita Corrente Líquida do Estado, apurada em conformidade com o art. 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101/2000. Essa despesa, em 2004, atingiu R\$ 5.669.193.718,27, conforme valores apresentados pelo Poder Executivo e apuração efetuada pelo Tribunal de Contas do Estado.

Desta forma, segundo apurou o Tribunal de Contas do Estado, a *Despesa com Pessoal do Ministério Público* no exercício de 2004, nos termos do art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000, e para fins do art. 20, totalizou 116,54 milhões de reais, correspondendo a 2,06% da Receita Corrente Líquida, conforme mostra a tabela a seguir:

TABELA 4.4.6**DESPESA TOTAL COM PESSOAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
EXERCÍCIO DE 2004**

		Em R\$ 1.000,
ÓRGÃO	VALORES E PERCENTUAIS	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL NO EXERCÍCIO DE 2004 — CONFORME LRF		116.542
% DESPESA TOTAL COM PESSOAL EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		2,06%
LIMITE LEGAL CONFORME LRF (%)		2,00%
LIMITE PRUDENCIAL (%)		1,90%

■ Fonte: Processo LRF 05/00166951 — Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre/2004/TCE.

O Ministério Público apresentou, no 2º quadrimestre de 2004, gastos com pessoal que o fizeram ultrapassar o limite legal em 0,14 pontos percentuais (2,14%). Conforme imposto pelo artigo 23, da LC Federal nº 101/2000, o gasto excedente com Despesas de Pessoal deve ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro quadrimestre. Ao analisar as Despesas com Pessoal referentes 3º quadrimestre de 2004, observa-se que o gasto com pessoal passou de 2,14 para 2,06 pontos percentuais, havendo redução de 0,08 pontos percentuais, atendendo, portanto, o dispositivo legal relativo à redução.

O Ministério Público ultrapassou o limite máximo para o órgão, fixado no artigo 20, Inciso II, alínea d, da Lei Complementar Federal nº 101/2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal — ficando submetido às condições dos artigos 22 e 23 do mesmo diploma legal.

CAPÍTULO V

ANÁLISE DA MANIFESTAÇÃO DOS PODERES E ÓRGÃOS AUTÔNOMOS QUANTO ÀS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS EM RELAÇÃO ÀS RESSALVAS E RECOMENDAÇÕES CONTIDAS NO PARECER PRÉVIO SOBRE AS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2003

INTRODUÇÃO

O Parecer Prévio deste Tribunal sobre as Contas do Estado do exercício de 2003 apresentou conclusão por sugerir à Assembléia Legislativa a aprovação das contas do Poder Executivo, mas com sete ressalvas e vinte e três recomendações. Também sugeriu a aprovação das contas dos Poderes Legislativo, Judiciário e Ministério Público, com recomendações.

No exercício de 2004 os Poderes e Órgãos deveriam adotar medidas tendentes eliminar ou minimizar a ocorrência dos fatos que ensejaram as ressalvas e recomendações. Nesse sentido, o Relator do processo das Contas Anuais de 2004, conselheiro Otávio Gilson dos Santos, solicitou à Secretária de Estado da Fazenda informações quanto às medidas adotadas pelos Poderes e Órgãos em relação às respectivas ressalvas e recomendações constantes do Parecer Prévio sobre as Contas Prestadas pelo Governador do Estado, relativo ao exercício de 2003.

A apreciação das informações enviadas pelos representantes do Poderes e Órgãos constitui o escopo deste capítulo.

5.1 QUANTO ÀS RESSALVAS DO PARECER PRÉVIO SOBRE AS CONTAS DO PODER EXECUTIVO

5.1.1 Aplicações de recursos do Fundef

Ressalva: Não aplicação da integralidade dos recursos do FUNDEF na manutenção e desenvolvimento do ensino, tendo sido empenhado R\$ 459,86 milhões (90,41% do total igual a R\$ 508,66 milhões), faltando aplicar R\$ 48,80 milhões, contrariando o art. 212 e o art. 60 do ADCT, da CF, com a redação da EC nº 14/96, e a Lei Federal nº 9424/96 e a Lei Federal nº 9394/96.

Com relação a não aplicação da integralidade dos recursos do FUNDEF na manutenção e desenvolvimento do ensino, o Exmo. Senhor Secretário de Estado da Fazenda apresenta as seguintes considerações:

Cabe destacar que a receita e a despesa pública se submetem a estágios e que nem sempre a receita arrecadada num exercício é totalmente aplicada no exercício. Além do mais, a receita obedece ao Regime de caixa e a Despesa o Regime de Competência. Portanto, não é possível estabelecer uma vinculação entre os valores arrecadados num exercício e os valores nele aplicados.

São conhecidas algumas dificuldades para aplicação integral dos recursos do Fundef no mesmo exercício em que os recursos foram recebidos, como:

- a) regimes de competência para as despesas
- b) recursos disponibilizados ao ente no mês de dezembro de cada ano;
- c) sazonalidade nas despesas com ensino;
- d) comportamento das receitas que servem de base para a formação dos recursos do Fundef, que em razão da crescente carga tributária e do crescimento da economia tem propiciado arrecadação superior à prevista para o exercício.

De toda forma, o adequado planejamento pode permitir a aplicação muito próxima da integralidade. É que os recursos do Fundef são distribuídos segundo critérios conhecidos desde o início de cada exercício, havendo condições de

realizar programação de despesa para aplicação, no exercício, dos recursos recebidos do Fundo.

Todavia, embora também no exercício de 2004 não tenha havido a integral aplicação dos recursos disponíveis ao Estado pelo Fundef, reconhece-se as dificuldades neste caso específico, não sendo o caso de nova ressalva, mas de recomendação no sentido de que haja esforço e planejamento no sentido de aplicação no mesmo exercício, a fim de atender o objetivo do fundo, inclusive em razão da possibilidade legal de aplicação dos saldos no exercício seguinte.

Comparando-se os valores a aplicar e as despesas empenhadas por conta dos recursos do FUNDEF nos exercícios de 2001 a 2004 nota-se que apenas em 2002 houve integral utilização no próprio exercício:

TABELA 5.1.1
UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEF — VALOR A APLICAR E VALOR EMPENHADO — EXERCÍCIOS 2001-2004

Em R\$			
EXERCÍCIO	VALOR A APLICAR — RECURSOS DO FUNDEF	VALOR EMPENHADO	% EMPENHADO/A APLICAR
2001	397.125.005,29	394.960.458,15	99,45%
2002	447.987.344,51	484.740.156,40	108,20%
2003	508.655.902,26	459.862.993,42	90,41%
2004	559.884.037,55	549.676.571,77	98,18%

■ Fonte: Relatórios Técnicos sobre as Contas Anuais do Estado de 2001 a 2004.

Nota: No valor empenhado estão incluídas as despesas com subvenções às APPs com recursos do FUNDEF.

5.1.2 Gastos dos Recursos do Fundef na Remuneração dos Profissionais do Magistério

Ressalva: Aplicação de 58,03% (R\$ 295,15 milhões) dos recursos do FUNDEF na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, inferior ao limite mínimo de 60% (apesar de ter melhorado em relação ano anterior quando foi de 57,49%), contrariando o art. 60, § 5º do ADCT/CF, com a redação da EC nº 14/96 e o art. 7º da Lei Federal nº 9.424/96.

Com referencia a aplicação dos recursos do FUNDEF na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício em percentual inferior ao piso mínimo, em desacordo com o art. 60, § 5º, do ADCT/CF, com a redação da EC nº 14/96, e com o art. 7º da Lei Federal nº 9.424/96, o representante do Poder Executivo manifestou-se no seguinte sentido:

O Estado, no exercício financeiro de 2004, empenhou em favor da remuneração dos profissionais do magistério o montante de 301,59 milhões, ou seja, 54,74% do percentual exigido pela legislação vigente.

No entanto entendemos que o texto do Parecer MPTC nº 994/2004, emitido pela Procuradoria Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, o qual relata que o valor não aplicado durante o ano de 2003 poderá ser utilizado no corrente exercício, não se constituindo assim em irregularidade ou descumprimento do dispositivo legal, segundo o que dispõe o artigo 8º, parágrafo único, da lei Complementar nº 101/2000, pode ser extensivo ao exercício financeiro de 2004, uma vez que os fatos são idênticos.

Neste particular, as justificativas não são procedentes, pois o percentual de 60% dos recursos do FUNDEF constitui a aplicação mínima exigida pela Constituição Federal na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício. Há condições de realização de planejamento para cumprimento dessa exigência constitucional, mesmo porque os recursos financeiros estão disponíveis, vez que representam parcela dos recursos efetivamente disponibilizados ao Estado pelo Fundo.

No exercício de 2004 foram aplicados R\$ 301,59 milhões, equivalentes a 53,87% dos 60% necessários de recursos provenientes do FUNDEF, conforme informação prestada pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Diante das informações do representante do Poder Executivo, verifica-se que a situação foi agravada em relação ao exercício de 2003, com redução de 3,29% pontos percentuais em relação ao exercício de 2003 e de 2,75% pontos percentuais quando comparado com o exercício de 2002. Nesse aspecto, não houve evolução positiva em relação aos exercícios anteriores.

5.1.3 Aplicação dos Recursos Oriundos do Salário-Educação

Ressalva: Não foram aplicados em sua totalidade, no ensino fundamental, os recursos provenientes do salário-educação, faltando aplicar R\$ 3,03 milhões, descumprindo o art. 212, § 5º, da CF, com a redação da EC nº 14/96.

Destaca-se dos esclarecimentos prestados pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado da Fazenda:

No exercício financeiro de 2004 o Estado arrecadou R\$ 64,02 milhões, provenientes das contribuições do salário-educação, tendo sido aplicado no ensino fundamental o montante de R\$ 49,26 milhões.

A esse fato, o valor que deixou de ser empregado dos recursos provenientes do salário-educação equivale a aproximadamente 23,06% do total dos recursos recebidos no exercício financeiro, ou seja, o saldo financeiro em 2004

permaneceu nas contas bancárias em face de ter ingressado no fim do ano letivo, época em que as despesas de custeio das unidades escolares se reduzem abruptamente, em face das férias escolares.

Por outro lado, cabe destacar que o Estado cumpriu o que preceitua a Constituição, quanto ao salário-educação como fonte de financiamento, aplicando ainda, quase a totalidade dos ingressos.

Art. 212. § 5º O ensino fundamental público terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do Salário-Educação, pelas empresas, recolhida, na forma da lei.

Diante disto, cabe destacar que, além dos recursos serem fontes adicionais de financiamento, não há determinação expressa para que os recursos financeiros arrecadados do salário-educação devam ser empregados dentro do exercício financeiro, tornando insubsistente os termos da ressalva.

Historicamente, o Poder Executivo não tem aplicado nos exercícios subsequentes os saldos apurados das receitas do salário-educação dos exercícios anteriores. Isto também ocorreu no exercício de 2004. Segundo a legislação, a totalidade dos recursos do salário-educação deve ser aplicada no ensino fundamental, como fonte adicional de recursos (212, § 5º, CF), ou seja, além do piso mínimo estabelecido no art. 212, *caput*, da Constituição Federal. A utilização para cobertura de outras despesas caracteriza desvio de finalidade na aplicação dos recursos.

Os levantamentos relativos à aplicação dos valores recebidos do Salário-Educação dos exercícios de 1999 a 2004 indicam que nesse período o Estado deixou de aplicar R\$ 60,94 milhões no Ensino Fundamental.

Embora a Lei Complementar nº 101/00 tenha explicitado que os recursos vinculados não aplicados no exercício devem ser aplicados no exercício seguinte (art. 8º), é indesejável que os recursos financeiros fiquem disponíveis para aplicação nos exercícios subsequentes, pois se tratam de recursos vinculados. E não se pode admitir que a ausência de aplicação de saldos ultrapasse o exercício seguinte.

Neste particular, a constatação é de que o Poder Executivo não adotou providências ante a recomendação contida no Parecer Prévio das Contas do exercício de 2003. Ao contrário, enquanto em 2003 ficara em saldo 3,25% dos recursos recebidos no ano, em 2004 o valor não aplicado corresponde a 23,56%.

5.1.4 Aplicação no Ensino Superior

Ressalva: Destinação de recursos para a manutenção e desenvolvimento do ensino superior no percentual de 2,29% (R\$ 25,25 milhões), inferior ao percentual de 5% estabelecido no art. 170 da CE.

Quanto a essa ressalva, da manifestação do Poder Executivo extrai-se:

Em 2004, o Estado empenhou em favor do auxílio financeiro a estudantes, a importância de R\$ 20.416.824,53, chegando ao percentual de 1,68% de aplicação no ensino superior.

Os repasses realizados ocorreram por meio da ação 4883 — Concessão de bolsas de estudos e pesquisa. Tais repasses se deram segundo as condições financeiras do Estado, exatamente com o propósito de privilegiar os alunos economicamente carentes.

Nota-se o agravamento da situação, persistindo o não-cumprimento integral do disposto no art. 170 da Constituição Estadual, considerando-se que no exercício de 2003 o total aplicado foi de R\$ 25,25 milhões, representado 2,29% do valor mínimo a ser aplicado, enquanto em 2004 a aplicação atingiu R\$ 20,41 milhões, equivalentes a 1,68% do valor mínimo resultante da disposição constitucional estadual.

Portanto, apesar de se reconhecer as dificuldades para implementação desse dispositivo da Carta Estadual, não se verificaram avanços em direção ao atendimento do preceito da Carta Estadual, que não se trata de norma programática, mas de norma de eficácia plena (cogente)

5.1.5 Constatação de Déficit de Execução Orçamentária em 2003

Ressalva: Ocorrência de Déficit de Execução Orçamentária no valor de R\$ 203,71 milhões, afetando o equilíbrio das contas públicas estabelecido no Capítulo II, Título VI, da CF (arts. 163 a 169), no art. 1º, § 1º, da LRF e no art. 48, alínea “b”, da Lei Federal nº 4.320/64.

Em resposta, o Secretário de Estado da Fazenda assim se manifestou:

No exercício financeiro de 2004 o Estado apresentou uma significativa melhoria em relação a esta ressalva, reduzindo seu déficit de execução orçamentária, calculado com base na receita arrecadada e na despesa orçamentária,

para 95,8 milhões de reais. Se considerarmos, para aferição do cálculo, o montante das despesas liquidadas no exercício, constataremos um superávit de execução orçamentária de 94,51 milhões. Cabe ressaltar ainda que até a data atual, 26,98 milhões de despesas empenhadas, inscritas em restos a pagar ao final de 2004, foram canceladas, fato que reduz o valor real do déficit orçamentário acima apresentado.

Diante dos esclarecimentos apresentados pelo Poder Executivo e do acompanhamento da execução orçamentária relativa ao exercício de 2004, conforme Relatório Técnico, constata-se que o Governo Estadual realizou esforços visando a contenção de despesas, reduzindo o Déficit de Execução Orçamentária em relação aos exercícios anteriores. Nesse sentido, inicialmente pelo Decreto nº 1.475/04, houve contingenciamento médio de 21,71% das certas despesas de custeio e de capital. Posteriormente, foram realizados mais dois contingenciamentos, por meio do Decreto nº 1.611/04 (elevando contingenciamento para 39,02%) e pelo Decreto nº 2.077/04, atingindo 51,1% na contenção de despesas.

As providências visando a contenção dos gastos possibilitaram a redução do Déficit de Execução Orçamentária registrado em 2004. Ainda assim, o Balanço Orçamentário de 2004 registrou déficit no valor de 95,51 milhões. Este resultado, em verdade, não constitui a realidade dos débitos deixados em um exercício para outro, pois o Relatório Técnico demonstrou a existência de despesas realizadas, mas não empenhadas, que elevam o déficit para R\$ 109,61 milhões. Ainda assim, o equilíbrio das finanças públicas do Estado não foi atingido.

5.1.6 Constatação de Déficit Financeiro em 2003

Ressalva: Ocorrência de déficit financeiro da ordem de R\$ 410,39 milhões, representando um crescimento de 10,66% em relação ao exercício de 2002, contrariando o equilíbrio das contas públicas estabelecido no Capítulo II, Título VI, da CF (arts. 163 a 169), no art. 1º, § 1º, da LRF e no art. 48, alínea “b”, da Lei Federal nº 4.320/64.

A Secretaria de Estado da Fazenda justifica:

O Poder Executivo já vem adotando um maior rigor na gestão orçamentária e financeira, com contingenciamentos orçamentários bastante drásticos, sendo que no exercício de 2004 foram publicados os Decretos nº 1.475, de 18 de fevereiro e o 1.611, de 31 de março. O resultado destas medidas pôde ser constatado com virtuosa queda do déficit financeiro que em 2004 atingiu 165,85 milhões, representando em decréscimo em relação ao exercício de 2003 de aproximadamente 60%.

Conforme expresso no Relatório Técnico sobre o exame das contas do exercício de 2004, um dos fatores que determinaram a redução do Déficit Financeiro em relação ao exercício anterior foi a transferência de Restos a Pagar (Processados e Não Processados), inscritos no exercício de 2003 e anteriores, do Passivo Financeiro para o Passivo Permanente, no valor de R\$ 110.078.590,71. Tal espécie de transferência caracteriza procedimento não amparado pela legislação vigente, mormente pela Lei Federal nº 4.320/64.

A conta Restos a Pagar pertence ao Passivo Financeiro. Ao transferir seus valores para o Passivo Permanente produziu artificial diminuição da dívida de curto prazo e aumentou, na mesma proporção, a dívida de longo prazo. Além disso, a conta Dívida Fundada Interna, onde foram registrados os Restos a Pagar de 2003 e anteriores, se destina ao registro de obrigações contratuais ou por títulos, de longo prazo, características não preenchidas pelos Restos a Pagar, que são obrigações financeiras de curto prazo.

Se havia necessidade de equacionamento definitivo das pendências relativas aos Restos a Pagar de exercícios anteriores a 2004, poderia ser adotado o procedimento de dar baixa dos valores lançados em Restos a Pagar do Passivo Financeiro e proceder, concomitantemente, registro de mesmo valor nas Contas de Compensação — Passivo Compensado.

Também repercutiu no déficit financeiro de 2004, reduzindo-o, os cancelamentos de despesas empenhadas (liquidadas e não liquidadas) e de Restos a Pagar (liquidados e não liquidados), para posterior reconhecimento no exercício de 2005, no elemento Despesa de Exercício Anterior. Esta prática, igualmente não amparada pela Lei Federal nº 4.320/64 (art. 37), atenuou o déficit em 2004, mas transferiu para o exercício de 2005 o reflexo desta medida, que pode comprometer o equilíbrio das contas públicas Estaduais do exercício corrente (2005).

5.1.7 Realização de Despesas sem Suficiente Dotação Orçamentária

Ressalva: Realização de despesas sem suficiente dotação orçamentária, ocorrida em face da transferência constitucional aos municípios de parte da captação de recursos a título de antecipação de receita de ICMS, por desatender ao disposto no art. 167, inciso II, da CF.

A Secretaria de Estado da Fazenda assim se manifestou:

Conforme consta no parecer apresentado pelo Conselheiro Relator das Contas de 2003, fls. 21, o problema teve origem no recolhimento antecipado de

ICMS, ocorrido em dezembro de 2003. Tal recolhimento gerou a transferência de recursos aos Municípios, o que só veio ocorrer em 2004.

Assim sendo, cabe apenas informar que o problema não se repetiu, pois, não houve, em 2004, casos de recolhimento antecipado de Tributos, como o que ocorreu em 2003, a revelia da Secretaria de Estado da Fazenda.

Conforme Relatório Técnico — item 1.4.4 — Balanço Orçamentário — no exercício de 2004 também houve realização de despesas sem suficiência de dotação orçamentária, realizada pela Polícia Militar do Estado, no mês de dezembro. Trata-se de pagamento de despesa de pessoal do referido Órgão, no valor de R\$ 13.600.595,12, com conhecimento da Secretaria de Estado da Fazenda, conforme consta do Ofício nº 037/DALF/05, de 28 de março de 2005, encaminhado a este Tribunal de Contas, pela Polícia Militar do Estado. Como se denota, a prática, irregular, não foi completamente abolida.

Além disso, também foi constada a realização de despesas sem empenhamento pela SEDUMA, CIDASC e COHAB, no montante global de R\$ 380.306,64.

Tais fatos, reincidentes, também evidenciam falhas no sistema de controle interno no âmbito do Poder Executivo Estadual, uma vez que a Lei Federal nº 4.320/64, em seu art. 63, veda a realização de despesas sem prévio empenho. No mesmo sentido, a Lei Complementar nº 101/00 — LRF dispõe que serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, a geração de despesa ou assunção de obrigação, relativas à criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, que não esteja adequada à lei orçamentária anual, ou seja, que tenha suficiente dotação, em créditos específicos ou genéricos.

A realização de despesas sem suficiência de dotação orçamentária está sendo objeto de análise no Processo LRF nº 05/00514402, em tramitação neste Tribunal de Contas.

Nota-se, pois, que a estrutura administrativa e de controle interno ainda carece de sistemas eficientes que possam evitar a reincidência na realização de despesas sem dotação orçamentária — fato grave — mediante mecanismos que identifiquem a tempo a necessidade de alterações orçamentárias para fazer frente às despesas, em especial quando se trata de despesa com pessoal, que permitem maior previsibilidade.

5.2 QUANTO ÀS RECOMENDAÇÕES DO PARECER PRÉVIO SOBRE AS CONTAS DO PODER EXECUTIVO

5.2.1 Inclusão de despesas com inativos na apuração da aplicação de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e do Ensino Fundamental

Recomendação: Excluir, de forma gradativa, as despesas com pagamentos de inativos da base de cálculo do valor aplicado em MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO, como já vêm procedendo outras unidades da federação, em respeito ao art. 212 da CF.

Recomendação: Excluir, de forma gradativa, as despesas com pagamentos de inativos da base de cálculo do valor aplicado em MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO, como já vêm procedendo outras unidades da federação, em respeito ao art. 212 da CF.

No que se refere às recomendações do Tribunal de Contas para gradativa exclusão das despesas com pagamentos de inativos da base de cálculo do valor aplicado em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e no Ensino Fundamental, como já vêm procedendo outras unidades da federação, em respeito ao art. 212 da CF, o Poder Executivo apresentou as seguintes considerações:

No que se refere aos itens 1 e 2 das recomendações do Tribunal de Contas, os quais sugerem que se exclua da base de cálculo as despesas com inativos, entendemos, da mesma forma que a Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas, que tais despesas devem integrar o montante de gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino para efeito de cálculo do cumprimento do mandamento constitucional, por não existir lei que determine o contrário.

Tanto que a Lei Federal nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, ao definir em seu art. 71 o que não constitui despesas com manutenção do desenvolvimento do ensino não faz referência aos inativos, conforme demonstrado abaixo:

Art. 71. Não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com:

- I — pesquisa, quando não vinculada às instituições de ensino, ou, quando efetivada fora dos sistemas de ensino, que não vise, precipuamente, ao aprimoramento de sua qualidade ou à sua expansão;
- II — subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural;

- III — formação de quadros especiais para a administração pública, sejam militares ou civis, inclusive diplomáticos;
- IV — programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica e outras formas de assistência social;
- V — obras de infra-estrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar;
- VI — pessoal docente e demais trabalhadores da educação, quando em desvio de função ou em atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Assim sendo, permanecemos computando os valores dispendidos com o custeio dos servidores inativos vinculados a educação e especificamente ao ensino fundamental, para fins de atendimento dos percentuais mínimos exigidos pela legislação vigente.

Convém esclarecer que a Lei Federal nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em seu art. 70¹, define as despesas consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino, nelas não estando incluídas as despesas com inativos. A análise há de ser feita pelo que pode fazer (e não pelo que não se pode), pois a regra na Administração Pública é fazer o que a lei permite. Para atingir os objetivos da Carta Magna e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a norma deve ser interpretada no sentido de favorecer a efetiva manutenção do ensino e seu real desenvolvimento.

Embora não esteja explícito, o entendimento predominante — inclusive nesta Corte em decisões e pareceres precedentes — é o de que os inativos, mesmo que oriundos dos quadros dos órgãos específicos que atuam no ensino, não mais contribuem para a manutenção e desenvolvimento do ensino. A inclusão dessas despesas como sendo pertinentes à manutenção e desenvolvimento do ensino revela profunda deturpação dos objetivos da Constituição Federal. Insiste-se, portanto, na recomendação para a solução definitiva dessa ação dissonante em relação ao arcabouço normativo pátrio.

¹ Art. 70. Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a:

I — remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;

II — aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;

III — uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;

IV — levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;

V — realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino;

VI — concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas;

VII — amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo;

VIII — aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.

Também se revela imprópria a alocação na Função Educação do Orçamento Anual de recursos para pagamento de inativos. Isto é corroborado pelo disposto na Portaria nº 42/99, do Ministério de Estado do Orçamento e Gestão, que identifica e agrega este tipo de despesas na Função 09 — Previdência Social, Subfunções 271 — Previdência Básica; 272 — Previdência do Regime Estatutário; 273 — Previdência Complementar; e 274 — Previdência Especial.

Comparando-se as despesas empenhadas na manutenção e desenvolvimento do ensino com as despesas empenhadas para pagamento de inativos nas dotações para a área da educação, ao longo dos últimos quatro exercícios, constata-se que as despesas com inativos representam, em média, 29% dos gastos em ensino:

TABELA 5.2.1
PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM INATIVOS
NAS DESPESAS GLOBAIS COM ENSINO
EXERCÍCIOS 2001-2004

Em R\$

EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	DESPESAS COM INATIVOS	% DAS DESPESAS COM INATIVOS EM RELAÇÃO AS DESPESAS EM ENSINO
2001	886.883.558,39	256.742.051,16	29,62%
2002	1.088.831.118,92	304.650.041,13	27,98%
2003	1.172.241.170,81	347.736.058,90	29,66%
2004	1.280.617.987,88	372.044.530,45	29,05%

■ Fonte: Relatórios Técnicos sobre as Contas Anuais do Estado de 2001 a 2004.

Portanto não está havendo resultados positivos do Poder Executivo Estadual no sentido do atendimento da recomendação

5.2.2 Transferência de Recursos para Associações de Empregados, Entidades Assistenciais de Empregados e Similares

Recomendação: Abster-se de realizar transferência de recursos para associações de empregados, entidades assistenciais de empregados e similares, por contrariar o interesse público e os princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade e da finalidade da administração pública previstos no artigo 37, *caput*, da CF, ressalvada a contrapartida patronal das fundações de previdência fechada, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do segurado (proporção, no mínimo, 1 por 1), conforme art. 202, § 3º, da CF.

Em atendimento foram apresentadas as seguintes manifestações:

Do Conselho de Política Financeira (Informação CPF/SE Nº 004/2005):

Este Conselho tem admitido a transferência de recursos de forma paritária, em alguns Acordos Coletivos de Trabalho.

Da Secretaria de Estado da Fazenda (Informação Nº 075/05 da Diretoria do Tesouro Estadual):

As transferências de que trata o item 3 foram realizadas por autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, sendo que de acordo com o relatório apresentado pelo conselheiro relator as entidades que efetuaram repasse em 2003 foram CASAN, CIDASC e BADESC, não houve pois repasse de recursos do Tesouro para as entidades mencionadas no item 3, de tal forma que não cabe qualquer manifestação da Diretoria do Tesouro sobre o assunto.

Quanto à informação do Conselho de Política Financeira — CPF, no sentido de admitir a transferência de recursos de forma paritária em alguns Acordos Coletivos, cabe lembrar, segundo recentes decisões desta Corte (Decisão nº 660/2004 e Decisão nº 659/2004), que só se admite a transferência para entidades fechadas de previdência legalmente constituídas na forma da Lei Complementar nº 108/01, em que a entidade pública for patrocinadora, ou para custeio de programas de assistência à saúde dos empregados.

Com relação à Informação da Diretoria do Tesouro Estadual, a recomendação não se destinava especificamente aos repasses realizados com recursos do Tesouro, mas também de entidades. Conforme contido no Relatório Técnico, no exercício de 2004 também houve transferência de recursos pela CIDASC — enquadrada como estatal dependente por força da LRF — para a ASCIDASC — Associação dos Servidores da CIDASC. Esta estatal no exercício de 2003 recebeu recursos do Tesouro estadual o montante de R\$ 66.379.281,53, a título de subvenções de custeio, que incluem as despesas de pessoal (salário, fundo de garantia, previdência, vantagens trabalhistas etc.). Das suas receitas (próprias ou do Tesouro) foi realizada transferência de R\$ 1.122.247,77 à ASCIDASC, a título de assistência social de seus empregados e/ou dependentes, ainda que cumprindo norma do Acordo Coletivo de Trabalho 2002/2003 (Cláusula 6ª).

Assim, ainda não houve integral atendimento à recomendação do Tribunal de Contas.

5.2.3 Publicação de Diárias

Recomendação: Publicar demonstrativo das diárias concedidas pelas Empresas Estatais, como já vem procedendo o Poder Executivo (Administração Direta) e o Poder Judiciário, em homenagem ao Princípio da Transparência

previsto pela LRF e ao Princípio Constitucional da Publicidade (art. 37, *caput*, CF).

Através da Informação CPF/SE Nº 004/2005, foi apresentada a seguinte resposta:

Desde 04 de junho de 1999, este Conselho já expediu a Resolução nº 005/99, cujo artigo 13, determina que seja publicado o demonstrativo das diárias, nos moldes do Poder Executivo (Administração Direta).

A manifestação revela atendimento à recomendação.

5.2.4 Adequação do Controle Interno

Recomendação: Adequar e ampliar o sistema de controle interno para atendimento das finalidades estabelecidas no art. 74 da CF, instituindo em cada órgão (secretarias centrais, secretarias regionais, autarquias, fundações e empresas estatais) uma unidade de controle interno.

Informa a Secretaria de Estado da Fazenda sobre o Controle Interno que:

Inicialmente faz-se necessária a ampliação da estrutura e principalmente do quadro de servidores lotados na Diretoria de Auditoria Geral da Secretaria de Estado da Fazenda, órgão central do Sistema de Controle Interno, tendo em vista o reduzido número de servidores, somente 9 Auditores Internos e 11 Técnicos. Dos 9 Auditores Internos, entretanto, alguns se acham investidos em cargos em comissão o que reduz ainda mais o quantitativo.

Quanto a isso, diversas medidas vêm sendo tomadas a organizar o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual.

No ano de 2004, com o objetivo de fortalecer o Sistema de Administração Contábil e Auditoria, foram lotados cargos de Contadores, providos mediante concurso público, nas 61 seccionais da Diretoria de Contabilidade Geral, criadas pelo Decreto nº 254, de 21 de maio de 2003, localizadas em todo o Estado. As atividades desses profissionais vêm contribuindo para a prestação da necessária assistência em tudo o que se relaciona com os serviços de contabilidade a seu cargo, como também no atendimento a criação de mais 41 cargos de Auditor Interno.

A criação dos cargos de Auditor Interno foi aprovada pela Lei Complementar nº 275, de 23 de dezembro de 2004, sendo que a criação das Gerências se

concretizou por meio da Lei Complementar nº 284, de 28 de fevereiro de 2005. Esta última Lei Complementar também dispôs sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo em seus artigos 28, 146 e 147, devendo ser regulamentado oportunamente.

O concurso público para o provimento de 41 vagas do cargo de Auditor Interno foi aprovado pelo Chefe do Executivo pela Exposição de Motivos nº 015/05, sendo que foi constituída comissão para a elaboração do Edital.

O ingresso dos novos servidores em muito contribuirá para o fortalecimento do órgão de controle interno, permitindo com isso a estruturação de uma maneira sistêmica, na forma em que exige a Constituição Federal.

Segundo a Secretaria de Estado da Fazenda, o Poder Executivo Estadual vem adotando providências no sentido de aprimorar o Sistema de Controle Interno daquele Poder, com vista dar consequência aos mandamentos do art. 74, da Constituição Federal. Para tanto, está em preparativo a realização de concurso público para provimento de 41 vagas do cargo de Auditor Interno, já aprovado pelo Chefe do Executivo.

A criação dos cargos de Auditor Interno foi aprovada pela Lei Complementar nº 275, de 23 de dezembro de 2004. Por meio da Lei Complementar nº 284, de 28 de fevereiro de 2005, houve a criação de gerências de controle interno, na estrutura da Secretaria de Estado da Fazenda, específicas para algumas áreas da gestão pública, reforçando o controle interno.

Assim, entende-se que as providências em andamento adotadas pelo Poder Executivo Estadual caminham no sentido do fortalecimento e a adequação do Controle Interno frente às exigências estabelecidas no art. 74, da Constituição Federal, considerando-se atendida a recomendação feita por este Tribunal de Contas.

5.2.5 Captação de Recursos a Título de Antecipação de Receita de Tributo

Recomendação: Abster-se de realizar captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, em face da vedação do art. 37, inciso I, da LRF, sem prejuízo do art. 150, § 7º, da CF.

A Secretaria de Estado da Fazenda, através da Diretoria do Tesouro Estadual — DITE, responde que:

Não houve, em 2004, casos de recolhimento antecipado de Tributos, como o que ocorreu em 2003, a revelia da secretaria de Estado da Fazenda.

Efetivamente, em 2004 não foi evidenciada captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo.

5.2.6 Contingenciamento da Despesa

Recomendação: Realizar o contingenciamento da despesa quando averiguado, a cada bimestre, que as receitas não comportarão as despesas, em atendimento ao art. 9º, *caput*, da LRF e ao art. 44 da LDO (Lei nº 12.381, de 23/07/2002).

Responde a Secretaria de Estado da Fazenda, através da DITE, que:

No exercício de 2004 foram publicados três Decretos de Programação Financeira estabelecendo percentuais crescentes de contingenciamento de despesa, justamente para adequar as despesas ao efetivo ingresso de receitas.

Conforme consta no Relatório Técnico, a informação prestada pela Secretaria de Estado da Fazenda é procedente. Contudo, em 2004, apesar das medidas adotadas pelo Poder Executivo Estadual no sentido de conter a expansão das despesas sem a suficiente cobertura de receitas, verificou-se nova ocorrência de Déficit de Execução Orçamentária, desta vez, no valor de R\$ 95,8 milhões (conforme Balanço Geral), que em verdade foi de R\$ 109,61 milhões.

Muito embora o déficit tenha apresentado redução de valor, observa-se que o contingenciamento, por si só, não apresentou os resultados suficientes para a eliminação de déficits, evidenciando a existência de outras causas que influenciaram diretamente no aumento dos gastos públicos e que não foram afetados pelo simples contingenciamento realizado em 2004. Cabe, portanto, a identificação dessas causas e sua eliminação visando a gestão fiscal responsável preconizada pela Lei Complementar Federal nº 101/00 — Lei de Responsabilidade Fiscal, caracterizada pelo equilíbrio das contas públicas.

5.2.7 Destinação das Receitas de Alienação de Bens e Direitos

Recomendação: Demonstrar a aplicação das receitas de alienação de bens e direitos exclusivamente em despesas de capital, nos termos do art. 44 c/c o art. 50, inciso I, da LRF, reconhecendo-se como salutar a iniciativa de criação

de uma fonte de recursos específica conforme informado nas contra-razões, e sugerindo-se ainda vinculação dos recursos a conta bancária específica.

Em resposta, a Secretaria de Estado da Fazenda assim se manifestou:

Em atenção ao item 8 das recomendações, informamos que no exercício financeiro de 2004 foram arrecadados 1,42 milhões a título de receita de alienação de bens e direitos e empenhados em despesas de capital o montante de 777,47 milhões.

No entanto, para dar maior transparência sobre a destinação das receitas de alienação de bens e direitos, informamos que para o exercício corrente estamos adotando a Fonte de recursos 98 — Receita de Alienação de Bens para fins de vinculação das receitas oriundas da alienação de ativos, que deverão ser aplicadas nos termos do art. 44 da LRF.

Cabe salientar que a Lei Complementar Federal nº 101/00, em seu art. 44, dispõe que é vedada a aplicação da Receita de Capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

Em 2004 foram realizadas Receitas de Alienação de Bens e Direitos no valor total de R\$ 1.421.359,51. Segundo o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, Anexo XIV, da Portaria nº 441/03 da STN, relativo ao 6º bimestre de 2004, restou saldo de Receitas de Alienação de Ativos não aplicado no exercício de 2004, no valor de R\$ 135 mil. Somando-se ao saldo não aplicado em 2003, no valor de R\$ 161 mil, verifica-se um saldo de R\$ 296 mil serem aplicados no exercício de 2005.

Considerando que, no Processo nº LRF 05/00514402, referente à verificação do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, do 3º quadrimestre de 2004, em tramitação neste Tribunal, consta do relatório técnico apontamento de que o Estado não demonstrou corretamente a aplicação dos recursos relativos às Receitas de Alienação de Bens e Direitos, considera-se que o disposto no art. 44, da Lei Complementar Federal nº 101/00 não foi cumprido pelo Poder Executivo.

De outro lado, houve atendimento parcial à recomendação realizada por este Tribunal para criação de fonte específica para registro dos recursos originários da arrecadação da alienação de bens e direitos, de vez que a Secretaria de Estado da Fazenda informou que foi criada a Fonte de recursos 98 — Receita de Alienação de Bens para fins de vinculação das receitas oriundas da alienação de ativos.

5.2.8 Cobrança da Dívida Ativa

Recomendação: Conferir a devida atenção à cobrança da Dívida Ativa, tendo em vista que a efetiva arrecadação dos tributos de competência do Estado constitui-se em requisito essencial da responsabilidade na gestão fiscal (art. 11, LRF), implementando-se os mecanismos legais, inclusive os da Lei nº 12.855/2003.

A respeito da recomendação em tela, a Procuradoria Geral do Estado apresentou a seguinte resposta:

(...) A cobrança da dívida ativa do Estado sempre foi cercada de todas as atenções possíveis, por parte desta Coordenação, e por parte desta PGE.

Sempre estamos criando novas maneiras de atuação, no intuito de modernizar e aprimorar este trabalho, que é árduo e de muito difícil implementação, posto que se tratam, mormente, de empresas com sérias dificuldades financeiras — quando ainda existentes.

(...)

Num futuro muito breve estará sendo implantada a nova versão do SAJ (Sistema de Acompanhamento Judiciário), que se trata de um sistema de informática, onde se terá uma melhor visão de todas as ações, inclusive das execuções fiscais, possibilitando uma melhor atuação.

Ainda, como forma de melhoria da atuação, e por conseguinte, no resultado da cobrança, esta Coordenação tem acompanhado ativamente, a elaboração do projeto de lei que altera completamente a sistemática da execução fiscal, que foi apresentada ao Secretário da Reforma do Judiciário, do Ministério da Justiça, no dia 1º próximo passado.

Com relação aos mecanismos legais, cuja implementação é recomendada pelo TCE, mencionando os da Lei nº 12.855/2003, as considerações são as que seguem.

Naquele diploma legal são estabelecidos prazos para a inscrição e remessa das certidões de dívida ativa a esta PGE, por parte da Secretaria de Estado da Fazenda (órgão com competência legal para proceder a inscrição).

Ocorre que no novo Sistema de Administração Tributária, que está em fase de implantação, esses prazos não estão podendo ser cumpridos, posto que as inscrições em dívida ativa, de débitos atuais estão suspensas, no momento, para voltarem a ser procedidas, dentro do novo sistema, que dará um grande avanço no gerenciamento e controle do crédito estadual.

Finalmente, temos a informar que em nosso trabalho do dia-a-dia temos enfrentado os mais diversos desafios, mas sempre temos mantido uma atuação dedicada e empenhada na difícil tarefa de cobrar a dívida ativa do Estado ultrapassando diversas barreiras, de ordem pessoal e material, conseguindo, com essa visão de excelência, um crescimento paulatino na arrecadação da dívida ativa do Estado, como são demonstrados pelos números que se pode obter na própria SEF.

Por sua vez a Secretaria de Estado da Fazenda, por meio da Diretoria de Administração Tributária — DIAT, assim se manifestou:

O esforço no sentido de cobrar a dívida ativa deverá contar com a participação do Poder Judiciário, pois as ações não se esgotam no poder executivo.

O Estado, através desta Secretaria de Estado, está implantando o Sistema de Administração Tributária — S@T, que implementará controles informatizados a fim de alimentar a Central de Cobrança (função integrante do Call Center da SEF que está em processo de contratação). Com a Central de Cobrança buscar-se-á o incremento da receita tributária e a redução da inadimplência no pagamento dos tributos estaduais, com a conseqüente diminuição do crescimento do estoque da Dívida Ativa estadual.

Um dos módulos do citado Sistema, denominado Conta Corrente, cuja implementação está ocorrendo neste mês de março, permitirá a inscrição em dívida ativa automática do ICMS declarado pelo próprio contribuinte e não recolhido no prazo legal, sem necessidade da constituição do crédito tributário através da notificação fiscal, mecanismo previsto na Lei nº 12.855/2003.

Em 25 de junho de 2004, foi assinado contrato com o Banco do Brasil de nº 034/2004, publicado no DOE nº 17.428, de 02/07/2004, através do qual o Estado também implementará outros mecanismos legais previstos na Lei nº 12.855/2003, para a cobrança administrativa da dívida ativa. A referida Instituição Financeira está ultimando a adequação dos seus sistemas informatizados, buscando atender a remessa das informações da cobrança nos padrões exigidos pela SEF/SC, mecanismo necessário ao efetivo controle administrativo dos pagamentos dos referidos débitos tributários.

A análise dos esclarecimentos prestados pela Procuradoria Geral do Estado e pela Secretaria da Fazenda proporciona as seguintes ponderações:

- 1) O Tribunal de Contas tem acompanhado a atuação da Secretaria de Estado da Fazenda e da Procuradoria Geral do Estado na cobrança da Dívida Ativa Estadual, com enfoque dirigido para a cobrança da dívida

tributária, por ser a mais significativa em valores financeiros. O resultado desse acompanhamento consta de processos já julgados e em tramitação no TCE, onde foram identificadas algumas das causas que proporcionam o aumento do estoque da Dívida Ativa Tributária.

- 2) A afirmativa da PGE de que a arrecadação em razão da cobrança da Dívida Ativa vem crescendo não confere com os números registrados pela Contabilidade Geral do Estado, uma vez que se observou aumento de 1,27% no saldo registrado em Dívida Ativa em 31/12/2004, em relação ao ano anterior, em valores constantes. Com efeito, constata-se ao final do exercício de 2004 valor maior acumulado de créditos inscritos em Dívida Ativa. Cresceu 13,56% em relação ao saldo de 2003, em valores nominais. De outro lado, o resultado das ações de cobrança renderam receita de R\$ 21.981.808,00 (0,71% do saldo de 2004). A tabela a seguir mostra a evolução dos créditos inscritos em Dívida Ativa tributária:

TABELA 5.2.2

COBRANÇA E CANCELAMENTO DA DÍVIDA ATIVA, EM VALORES NOMINAIS — EXERCÍCIOS DE 1998 A 2004

Em R\$ 1,00

ANO	SALDO INÍCIO DO EXERCÍCIO (A)	INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO (B)	COBRANÇA NO EXERCÍCIO (C)	CANCELAMENTO NO EXERCÍCIO (D)	SALDO TOTAL FINAL DO EXERCÍCIO E = (A + B - C - D)	% C/(A+B)	% D/(A+B)
1998	969.161.461	490.483.417	31.707.378	86.554.877	1.341.382.623	2,17	5,93
1999	1.341.382.623	323.028.166	32.854.683	20.143.192	1.611.412.914	1,97	1,21
2000	1.611.412.914	369.087.077	30.297.986	232.431.851	1.717.770.154	1,53	11,74
2001	1.717.770.154	388.207.233	16.064.915	240.821.061	1.849.091.411	0,76	11,44
2002	1.849.091.411	523.760.730	19.559.377	30.874.981	2.322.417.783	0,82	1,30
2003	2.322.417.783	551.609.653	70.827.950	122.589.091	2.680.610.395	2,46	4,27
2004	2.680.610.395	434.247.368	21.981.808	48.815.609	3.044.060.346	0,71	1,57

■ Fonte: Balanços Gerais do Estado de 1998 a 2004.

- 3) Quanto às medidas adotadas pela PGE e SEF em torno dos Sistemas de Acompanhamento Judiciário — SAJ, Sistema de Administração Tributária — S@T e Sistema de Conta Corrente, bem como através do contrato assinado com o Banco do Brasil, visando a implementação a cobrança administrativa da dívida ativa, verifica-se que são instrumentos e atitudes importantes para o aumento da arrecadação estadual.
- 4) A informação de que a Coordenação da Procuradoria Geral do Estado tem acompanhado ativamente a elaboração do projeto de lei que altera completamente a sistemática da execução fiscal, que foi apresentada ao Secretário da Reforma do Judiciário, do Ministério da Justiça, representa ação positiva que deve ser incentivada, pois a situação crônica da Dívida Ativa requer procedimentos inovadores para a sua cobrança.

Assim, a recomendação será sempre pertinente enquanto não se encontrar mecanismos e soluções legais e operacionais que permitam eficácia na cobrança dos créditos do Estado, pois penaliza a comunidade pela indisponibilidade dos recursos pelo Poder Público e beneficia os devedores.

5.2.9 Créditos Tributários Pendentes de Cobrança

Recomendação: Adotar providências urgentes para agilizar e efetivamente cobrar os créditos tributários pendentes, recomendando-se a exigência, desde o início, de aval dos sócios e a apresentação de garantias reais das empresas devedoras, a fim de assegurar o pagamento, tendo em vista a existência de 7.897 processos aguardando julgamento no Conselho Estadual de Contribuintes, que importam no montante de R\$ 1,06 bilhão.

A Secretaria de Estado da Fazenda manifestou-se conforme segue:

O Estado, através desta Secretaria de Estado, está implantando o Sistema de Administração Tributária — S@T, que implementará vários módulos de controles informatizados que proporcionará ao Fisco Estadual um melhor monitoramento dos Contribuintes. Tais sistemas alimentarão sua Central de Cobrança (função integrante do Call Center da SEF que está em processo de contratação). Bem como o Sistema Conta Corrente dos Contribuintes do ICMS (Imposto responsável por aproximadamente 93% da arrecadação tributária total)

Com a Central de Cobrança buscar-se-á o incremento da receita tributária e a redução da inadimplência no pagamento dos tributos estaduais espontâneos, bem como a conseqüente diminuição do crescimento do estoque das notificações fiscais. Além da ação de cobrança dos créditos tributários constituídos de ofício, que se encontram pendentes, antes de sua inscrição em dívida ativa.

A exigência de garantias na fase de cobrança administrativa não está prevista na legislação vigente. Contudo, a apresentação de garantias reais das empresas devedoras, bem como o aval dos sócios, já existiu em nossa Legislação Estadual como requisito à concessão de parcelamentos na esfera administrativa e não relacionados a contenciosos administrativos. Este procedimento, porém, foi revogado face à redução da arrecadação que acarretava.

Quanto aos processos que se encontram aguardando julgamento no Conselho Estadual de Contribuintes, não há previsão legal para exigência de garantias. Com base no que dispõe o art. 151 do CTN, as reclamações e recur-

sos administrativos suspendem a exigibilidade do crédito tributário, não sendo possível exigir sua cobrança, nem assegurar o pagamento desses débitos. A redução do estoque de tais processos ocorrerá com as medidas que o Órgão responsável está implementando, visando dar maior agilidade na tramitação e priorizando o julgamento dos créditos de maior valor.

A resposta apresentada demonstra a adoção de medidas positivas no sentido de melhorar o desempenho da arrecadação tributária, inclusive com o funcionamento dos Sistemas Informatizados S@T e do Sistema de Conta Corrente, fato pelo qual considera-se parcialmente atendida a recomendação feita pelo Tribunal de Contas, pois não se vislumbra solução imediata para o estoque de processos pendentes de julgamento no Conselho de Contribuintes.

5.2.10 Repasse a Poderes e Órgãos Constitucionais

Recomendação: Observar o disposto na LDO quanto à participação dos Poderes e Órgãos constitucionais na Receita Líquida Disponível.

Em sua resposta a Secretaria de Estado da Fazenda assim se manifestou:

O Relator aponta divergência entre a forma de cálculo adotada pelo Tribunal de Contas e a adotada pela secretaria de Estado da Fazenda em virtude da falta de definição de critérios nas leis de diretrizes orçamentárias.

A divergência reside no fato de que a Fazenda efetua o repasse para os Poderes e Órgãos Constitucionais com base na Receita Líquida Disponível no mês anterior. O Tribunal, entretanto, entende que o repasse tem que ter por parâmetro a Receita Líquida Disponível do mês a que se refere o repasse.

Contudo, o problema já não mais existe, pois a Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 12.640, de 21 de julho de 2003 passou a estabelecer, em seu art. 27, parágrafo 2., que:

Art. 27 (...)

Para efeito do cálculo dos percentuais contidos nos incisos I a V deste artigo, será sempre levada em conta a receita Líquida Disponível do mês imediatamente anterior àquele do repasse.

A Lei que definiu as diretrizes orçamentárias para o ano de 2005, Lei 13.095, de 09 de agosto de 2004, manteve, em seu art. 25, parágrafo 2, a mesma orientação contida no dispositivo transcrito

Os esclarecimentos prestados pela Secretaria de Estado da Fazenda são procedentes. Na verdade sempre houve divergência de entendimento entre a Secretaria e o Tribunal de Contas quanto à metodologia de cálculo do montante de recursos financeiros a serem repassados aos Poderes e Órgãos Constitucionais, isso porque a legislação apresentava omissões e lacunas, gerando interpretações divergentes. Esses debates colaboraram para melhor definição da forma de cálculo, conforme contida na LDO para o orçamento de 2005.

No entanto, cabe registrar que no exercício de 2004 constatou-se diferenças a maior nos repasses realizados ao Tribunal de Justiça, no valor de R\$ 650.003,61 e ao Ministério Público, no valor de R\$ 2.750.001,50, acima do previsto pela LDO.

Este fato deverá ser evitado nos exercícios futuros, em observância à lei e para que os Poderes e Órgãos Constitucionais sejam tratados de forma isonômica.

5.2.11 Déficit Orçamentário e Financeiro

Recomendação: Realizar o aporte de recursos visando ao equilíbrio de receitas e despesas estabelecido pelo art. 1º, § 1º, da LRF, em conformidade com o Título VI, Capítulo II, da CF, considerando que no exercício de 2002 o Estado já apresentou um déficit entre a receita arrecadada e despesas orçamentárias realizadas de R\$ 186,05 milhões, que somados ao déficit do exercício de 2003, no valor de R\$ 203,71 milhões, importa em R\$ 410,39 milhões, valor que distribuído no exercício de 2004 requer um dispêndio mensal de R\$ 34,20 milhões para atingimento do equilíbrio fiscal.

Esclarece a Secretaria da Fazenda:

No exercício de 2004 foram publicados três Decretos de Programação Financeira estabelecendo percentuais crescentes de contingenciamento de despesas justamente para adequar as despesas ao efetivo ingresso de receitas, buscando o equilíbrio das contas públicas.

Durante a Execução Orçamentária de 2004 foram publicados três Decretos com contingenciamento médio de 51,1%. Apesar dos esforços adotados pelo Governo Estadual os Balanços Orçamentário e Financeiro de 2004 registraram déficits, demonstrando que para equilibrar as finanças do Estado, além de contingenciar despesas, outras medidas efetivas devem ser implementadas. Assim, entende-se que a recomendação não foi integralmente atendida pelo Governo Estadual.

5.2.12 Projeto Geração de Trabalho e Renda

Recomendação: Realizar aporte de recursos para os contratos já firmados relativos ao Projeto Geração de Trabalho e Renda através do Reflorestamento, celebrados pelo Governo de acordo com a Lei nº 8.676, de 17/06/1993, e Resoluções do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural nºs. 010/1999 e 011/2001.

Por meio do Ofício nº 2.222/2005, de 03 de março de 2005, o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina solicitou ao Secretário de Estado da Fazenda informações quanto às medidas adotadas pelo Governo do Estado para o saneamento dessa recomendação.

Pelo Ofício nº 394/2005, de 28 de março de 2005, encaminhado pelo deputado Moacir Sopelsa — Secretário de Estado, a Secretaria da Agricultura e Política Rural — SAR se manifesta acerca da recomendação em relação Projeto de Geração de Trabalho e Renda, mas limitou-se a anexar cópia da Resolução nº 007/2004/SAR/Cederural, que dispõe sobre a liberação mínima de parcelas aos beneficiários do projeto Florestal de Geração de Trabalho e Renda e cópias de compromissos financeiros urgentes.

Conforme o relatório Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada, no exercício de 2004 não ocorreu nenhum empenhamento de despesas no Projeto Geração de Trabalho e Renda através do Reflorestamento.

Portanto, não foi acatada a recomendação feita pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

5.2.13 Programa Microbacias 2

Recomendação: Realizar o aporte de recursos da contrapartida estadual para execução do Programa Microbacias, para que seja evitada a cobrança, por parte do BIRD, da taxa de permanência sobre os recursos não utilizados no prazo estabelecido e para que seja cumprido o prazo para execução do contrato.

A Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural apresentou a seguinte manifestação:

(...) informamos que a não utilização de recursos financeiros colocados à disposição do Projeto Microbacias 2 pelo Governo do Estado, deve-se a vários fatores a seguir relatados:

a) mudança de governo e por consequência o ajuste de toda a sua equipe administrativa;

B) reestruturação da equipe da SEE, no tocante principalmente à Secretaria Executiva e a Gerência de Inversões Rurais.

C) implementação e adequação do sistema de informatização do projeto, relacionados às atividades técnico-administrativas;

D) dificuldades iniciais do governo para manter o fluxo financeiro aos órgãos executores do projeto referente à contrapartida estadual;

E) atraso na operacionalização do projeto Microbacias 2 que só foi iniciada em 2003;

F) as ações relacionadas com Componente Inversões Rurais que detém 72,3% do custo do Projeto, referente a organização de toda a estrutura principalmente a complexidade do projeto e a consecução das etapas de implantação serem efetivadas de forma gradativa;

G) empecilhos de ordem jurídica na estruturação eficaz referente a funcionalidade do projeto.

O projeto encontrou dificuldades na utilização dos recursos colocados à disposição do Governo do Estado pelo Banco Mundial, principalmente pelos fatores acima enumerados, enfatizados mais no item f.

Hoje, os custos cobrados pela taxa de permanência em função da não utilização de recursos disponibilizados pelo Banco Mundial, representam um desembolso apurado nos seguintes valores.

Ano	Valor em dólares
2003 (abril)	11.926,11
2003 (outubro)	76.989,20
2004 (abril)	75.842,99
2004 (outubro)	75.117,20
Total	346.975,14

Como este compromisso está embasado no Acordo de Empréstimo e reforçado na Declaração de Factibilidade do Projeto, caberá ao Governo negociar com o Banco Mundial uma redução na Taxa de permanência sobre o saldo não utilizado.

Conforme se pode verificar nas informações prestadas pela SAR, nos exercícios de 2003 a 2004 o Estado desembolsou taxa de permanência ao BIRD de US\$ 346,975.14, que convertidos pelo dólar do dia 31/12/2004, à taxa de U\$ 1.00 = R\$ 2,6544, representam R\$ 921.010,81.

Por não executar integralmente as ações programadas para do Programa Microbacias 2 junto às comunidades de agricultores e indígenas e, consequente-

mente, por não utilizar os recursos disponibilizados pelo Banco, o Estado está pagando taxa de permanência ao BIRD, demonstrando que o Programa Microbacias 2 apresenta deficiências em sua execução.

Quanto às demais dificuldades enfrentadas pelo Governo, cabe aduzir:

- 1) Independentemente da mudança de governo, as ações planejadas e em desenvolvimento devem ter continuidade;
- 2) É preciso encontrar meios para execução tempestiva de todas as fases do Programa Microbacias 2, em cumprimento aos cronogramas previstos em contrato;
- 3) O atingimento dos objetivos inicialmente propostos pelo Programa Microbacias 2 representará desenvolvimento sustentável das comunidades agrícolas, representada por pequenos e médios agricultores e junto às comunidades indígenas;
- 4) A não execução do Programa Microbacias 2 conforme sua concepção original, poderá representar dificuldades junto às instituições financeiras internacionais para o financiamento de novos programas.

Considerando que em 2004 o Governo Estadual ainda não obteve êxito em equacionar todos os problemas evidenciados em 2003 em relação ao Programa Microbacias 2, nota-se que a recomendação permanece pertinente.

5.2.14 Programa BID IV

Recomendação: Realizar o aporte de recursos da contrapartida estadual para execução do Programa Rodoviário do Estado, para que seja evitada a cobrança, por parte do BID, da taxa de permanência sobre os recursos não utilizados no prazo estabelecido e para que seja cumprido o prazo para execução do contrato.

Por meio do Ofício de nº 2.222/2005, de 03 de março de 2005, o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina solicitou ao Secretário de Estado da Fazenda informações quanto às medidas adotadas pelo Governo do Estado em relação a essa recomendação.

O Ofício Informação nº 075/05 de 21 de março de 2005, assinado pelos Senhores Luiz Henrique Domingues da Silva — Assistente do Diretor e Ricardo Alves Rabelo — Diretor do Tesouro Estadual, em atendimento ao solicitado em relação ao item 15, Programa BID-IV, informa:

No momento, de acordo com o quadro anexo, a contrapartida do Estado praticamente se equivale ao montante de recursos repassados pelo BID.

Em 2004, a contrapartida do Estado em dólares foi superior ao repasse do BID.

No exercício de 2004 a Secretaria de Estado da Fazenda repassou recursos ao Programa Rodoviário no montante de R\$ 82.088.582,66, correspondendo a US\$ 28.201.818,28, resultando em média mensal de R\$ 6.840.715,22, equivalente a US\$ 2.350.151,52.

Para que o Programa seja concluído no prazo acordado no Contrato de Empréstimo — maio de 2007 — a partir de janeiro de 2005 e até o final do contrato (28 meses restantes), o Mutuário (Estado) deverá aportar em média US\$ 2.926.240,50.

O Contrato de Empréstimo nº 1390/OC-BR prevê nas Cláusulas 1.02 e 1.03 aporte de recursos de US\$ 150.000.000,00 para o Governo do Estado de Santa Catarina (50,00%) e o mesmo montante do BID (50,00%). Até 31 de dezembro de 2004 o BID aportou o montante de R\$ 235.917.138,14, equivalente a US\$ 76.022.725,72 (52,76%), enquanto o Governo do Estado aportou o montante de R\$ 199.929.552,65, correspondente a US\$ 68.065.266,03 (47,24%), gerando um desequilíbrio no *pari passu* do Programa no valor de US\$ 7.957.459,69.

No Relatório da Auditoria do Programa Rodoviário do Estado de Santa Catarina, enviado ao DEINFRA (órgão executor) e à Secretaria de Estado da Fazenda em 20.05.2005, constam diversas recomendações, destacando-se:

- 1) regularização da apropriação de recursos do empréstimo pelo Estado, no montante de US\$ 4.188.142,31;
- 2) adoção das medidas cabíveis necessárias para que as obras de pavimentação das rodovias tenham suas execuções concluídas nos respectivos prazos contratuais, fazendo cumprir os contrato PJ-093/02, PJ-313/03 e PJ-315/03,
- 3) promoção da manutenção das rodovias concluídas e exija das empresas executoras a regularização das pendências constatadas nas obras civis, demonstradas no “Apêndice III” deste Relatório de Auditoria;
- 4) formalização, na estrutura organizacional, dos diversos setores existentes nas Diretorias do DEINFRA;

- 5) realização dos empenhos de acordo com o *pari passu* fixado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, utilizando-se dos recursos do órgão executor para os pagamentos da contrapartida local e atentar para utilização dos recursos do empréstimo nas suas respectivas categorias, em estrito cumprimento do *pari passu* determinado pelo Financiador;
- 6) adoção, pela Auditoria Interna do Órgão Executor, de mecanismos de efetivo controle das medições das obras em execução no Programa.

Também fez as seguintes recomendações ao Mutuário (Estado), por meio da Secretaria de Estado da Fazenda:

- 1) efetuar o necessário aporte dos recursos da Contrapartida Local, de forma contínua, a fim de evitar atrasos e custos maiores na execução do Programa, atendendo ao disposto no Artigo 6.04 das Normas Gerais do Contrato de Empréstimo;
- 2) manter as contas bancárias específicas para movimentação dos recursos do programa, devolvendo os saldos do empréstimo recolhidos à conta única;
- 3) registrar, na Contabilidade, a taxa de inspeção e vigilância do Contrato de Empréstimo nº 1.390/OC-BR, Cláusula 2.03, ocorrida nos meses de março e junho de 2003, sendo duas parcelas de US\$ 44.000,00 cada uma, totalizando US\$ 88.000,00;
- 4) minimizar a perda cambial, mediante comparação entre a cotação do dólar norte-americano nas datas de ingresso dos recursos do empréstimo com a do fechamento do contrato de câmbio para conversão em moeda nacional.

5.2.15 Dívida da CELESC com a Fundação CELOS

Recomendação: Averiguar a origem e consistência da dívida com a Fundação CELESC de Seguridade Social — CELOS, dos empregados da Estatal, registrada na contabilidade da CELESC, constituída do valor de R\$ 1,10 bilhão, que representa 49,78% do passivo da Empresa Estatal.

A CELESC prestou as seguintes informações:

Contratos CELOS nºs 09 e 10:

A Companhia celebrou os contratos de empréstimos com a CELOS a fim de consolidar as dívidas relativas ao atraso nos recolhimentos das contribui-

ções previdenciárias da patrocinadora, encargos vencidos de atrasos no repasse das contribuições assistenciais, débitos referentes ao atraso de aluguéis, manutenção do edifício administrativo e encargos financeiros, bem como outros débitos da patrocinadora verificados até fevereiro de 2000. O contrato foi parcelado em 120 quotas mensais e sucessivas com incidência de 12% a.a. de juros e atualizadas pela variação do IGP-M, sendo o saldo em 31/12/2004 de R\$ 106.282.000,00.

Reserva Matemática a Amortizar

A Companhia adotou em 1º de janeiro de 1997 o novo plano de benefícios da CELOS, denominado “Plano Misto”, prevendo a transferência dos participantes do plano transitório para esse novo plano. As regras de transferência entre planos foram definidas em 31 de dezembro de 1998 pela Companhia, e homologadas pela Secretaria de Previdência Complementar — SPC, em 14 de janeiro de 1999, para vigência a partir de 1º de janeiro de 1999. A maior alteração desse plano em relação ao anterior foi a mudança de benefício definido para contribuição definida relativamente aos benefícios programados, gerando um fundo de aposentadoria. A partir de 1º de abril de 1999, iniciou-se o processo de migração voluntária, com encerramento em 31 de março de 2000 e vigência retroativa a 1º de janeiro de 1999, com migração de 98% dos participantes.

Em decorrência desse processo, a Companhia firmou em 30 de novembro de 2001, o contrato para pagamento em 277 parcelas mensais e sucessivas do saldo consolidado com a incidência de juros anuais a taxa de 6% a.a. de juros e atualizados pela variação do IGP-M, sendo o saldo em 31/12/2004 de R\$ 428.570.000,00.

Aquisição Prédio Administração Central

Em outubro de 2004, a Companhia assinou o contrato de compra do imóvel onde está localizada sua sede administrativa, sendo este imóvel constituído de terreno com área total de 70.283 m², e um bloco de alvenaria com 4 pavimentos, maisático, com área de 21.069,43 m². O Valor do contrato foi de R\$ 24.327.993,37 (vinte e quatro milhões trezentos e vinte e sete mil novecentos e noventa e três reais e trinta e sete centavos), sendo efetuado em 8 (oito) parcelas anuais e sucessivas de R\$ 3.917.681,34, utilizando o Sistema de Prestação Constante (Tabela Price) e juros de 6% a.a. As parcelas vincendas serão atualizadas monetariamente em novembro de cada ano pelo Índice Geral de Preço ao Mercado — IGPM, sendo que o vencimento da primeira parcela dar-se-á em 10 de novembro de 2005.

O valor do contrato está registrado contabilmente em 31 de dezembro de 2004 pelo seu valor histórico, acrescido de juros e atualizações monetárias, calculados proporcionalmente até aquela data, conforme cláusulas contratuais, sendo o saldo posicionado em 31/12/2004 em R\$ 24.953.000,00.

Valores Correntes a Repassar

Referem-se à provisão das contribuições mensais de planos de previdência privada, assistência médica e odontológica, empréstimos e outros benefícios, descontados em folha de pagamento dos empregados, bem como a parte que cabe à Companhia, ainda não repassados à CELOS. O saldo de 31/12/2004 estava posicionado em R\$ 9.679.000,00.

O total da dívida da CELESC com a Fundação CELOS em 31/12/2004 atingiu a cifra de R\$ 569.484.000,00, conforme informação prestada pela empresa.

A recomendação constante do Parecer Prévio referia-se a posição da dívida em 31/12/2003, sendo prestada a informação com relação ao saldo de 31/12/2004. O Executivo informou, de forma sintética, a origem dos débitos e os índices de atualização e juros incidentes, sobre o valor devido. Todavia, não foi apresentado estudo detalhado da consistência dos débitos, razão porque a recomendação foi parcialmente atendida.

5.2.16 Dispensa de licitação para aquisições na Secretaria de Estado da Saúde

Recomendação: Apurar a realização de despesas, através de dispensa ou inexigibilidade de licitação, no montante de R\$ 91,15 milhões, que representa 44,80% das despesas oriundas de contratos no exercício de 2003, de acordo com informações originárias da SES-Comissão de Controle Interno, visando ao cumprimento dos princípios e normas estabelecidos na Lei Federal nº 8.666/93.

Por meio do Ofício nº 2.222/2005, de 03/03/2005, endereçado ao Secretário de Estado da Fazenda, o Relator das Contas do Exercício de 2004, conselheiro Otávio Gilson dos Santos, solicitou informações quanto às medidas adotadas pelo Governo do Estado, visando o saneamento das Ressalvas e Recomendações, apontadas no Parecer Prévio sobre as Contas Prestadas pelo Governador do Estado, relativo ao exercício de 2003.

Em resposta, o Secretário de Estado da Fazenda encaminhou documentos anexados ao Ofício SEF/GABS nº 0274/2005, de 28/03/2005, entre eles o Ofício GABS nº 189-05, de 22/03/2005, do Secretário de Estado da Saúde, contendo resposta à Recomendação 17 — Despesas na Saúde, nos seguintes termos:

Segundo relato da equipe técnica e documentos que acompanham esta informação, uma vez que não ocupávamos este cargo durante o exercício de 2003, o início da gestão foi marcado por uma situação difícil e atípica na

Secretaria de Estado da Saúde, onde havia um quadro de desabastecimento das unidades hospitalares e assistenciais mantidas pelo Fundo Estadual da Saúde, fornecedores retraídos diante das dívidas registradas a partir de 1998, agravado pela Portaria nº 900/SES, de 07/11/2002, que determinou a elaboração de listagens dos itens essenciais visando o abastecimento emergencial no limite mínimo durante os períodos de 12 a 30 de novembro e de 01 a 31 de dezembro de 2002.

Para ilustrar esta informação, apresentamos cópia da referida Portaria, relatório de fiscalização médica 140/02, do Conselho Regional de Medicina e quadro demonstrativo do TCE/SC, que apontava um passivo financeiro em 31/12/2002, de R\$ 91.660.384,98 (noventa e um milhões, seiscentos e sessenta mil, trezentos e oitenta e quatro reais e noventa e oito centavos), sem contar que as licitações para abastecimento em 2004 não estavam concluídas e os contratos de prestação de serviços de manutenção de equipamentos hospitalares e ambulatoriais não haviam sido prorrogados para o exercício de 2003.

Este quadro de dificuldades impeliu o gestor estadual de saúde a adotar medidas legais visando o suprimento das necessidades e retorno a normalidade, adotando os dispositivos previstos nos artigos 24 e 25 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, que tratam das hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação.

Foram apurados todos os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação, conforme demonstrativo em anexo, sendo que expedimos comunicação interna a todos os Gerentes e Coordenador Administrativo e Financeiro, orientando que os procedimentos de aquisição de material e contratação de serviços em geral sejam realizados através de processo normal de licitação, e que as exceções sejam criteriosamente avaliadas e submetidas a minha prévia homologação.

Como resultado destas medidas e sem os efeitos da situação encontrada no início de 2003, conseguimos reduzir os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação para R\$ 32.509.950,09, contra um valor de R\$ 91,15 milhões de 2003.

O Secretário de Estado da Saúde informa que foram apurados todos os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação e reduziu de R\$ 91,15 milhões para R\$ 32,51 milhões as contratações por essa via no exercício de 2004. Contudo deve ser acrescentado o valor correspondente às inexigibilidades de licitação (R\$ 8,69 milhões). Assim, o valor de dispensas e inexigibilidades de licitação, em 2004, resulta em R\$ 41,20 milhões.

Cabe observar ainda, que o valor mencionado pelo Secretário de Estado da Saúde para as dispensas e inexigibilidades de licitação em 2004, no Ofício GABS nº 189-05, de 22/03/2005, diverge do valor informado no Ofício nº 219-05, de 05/04/2005, onde é informado o valor de R\$ 42,80 milhões, equivalendo a 19,30% das despesas oriundas de contratos. Ainda assim, houve redução de 53,05% das despesas por dispensa ou inexigibilidade em relação ao exercício anterior.

Ressalta-se que tramitam neste Tribunal os processos ALC 04/05035004, relativo à auditoria “In loco” nos processos de dispensas e inexigibilidades de licitação ocorridas na Secretaria de Estado da Saúde em 2003, e RPA 04/03499429, referente à Representação de Agente Político, acerca de tais supostas irregularidades, cuja admissibilidade foi conhecida pelo Tribunal Pleno em sessão de 08/09/2004, estando em fase de instrução.

5.2.17 COHAB — Construção da Casa Própria

Recomendação: Implementar programas de construção de casa própria, priorizando famílias de baixa renda, para atender a demanda hoje existente, que é de 126.000 habitações, segundo informações da COHAB, considerando que nos últimos quatro exercícios a média de construção de moradias foi de 852 unidades/ano.

Através do Ofício COHAB nº 163 de 22/03/2005, foi apresentada a seguinte resposta:

No orçamento para o exercício de 2003, havia previsão orçamentária para produção de unidades habitacionais com recursos do Tesouro do Estado no montante de R\$ 1.470.000,00, dos quais foram liberados e aplicados R\$ 201.525,83. Além destes recursos também foram aplicados R\$ 878.995,20 de recursos próprios da companhia.

No exercício de 2003, foi demandado tempo considerável na elaboração do novo programa Habitacional (Nova Casa) e em especial nos levantamentos situacionais da Empresa que apresentava diversas obras paralisadas e inconclusas por falta de recursos.

A manifestação da COHAB indiretamente vincula que o sucesso de novos programas de habitação a exemplo do citado Nova Casa dependem da transferência de recursos por parte do Governo Estadual.

Com relação à recomendação propriamente dita a resposta não evidencia a efetiva implementação de programas de construção de casa própria, priorizando

famílias de baixa renda, para atender a demanda existente (cerca de 126.000 habitações).

5.2.18 Publicação de Relatórios de Gestão Fiscal e Execução Orçamentária

Recomendação: Publicar, para fins de ampla divulgação, em jornais de grande circulação, na imprensa oficial e na rede internet, os relatórios quadrimestrais de gestão fiscal e o relatório bimestral resumido da execução orçamentária, em cumprimento aos princípios da publicidade e da transparência, conforme estabelecido no art. 165, § 3º, da CF, no art. 119, da CE e nos arts. 48, 52 e 55, § 2º, da LRF.

A Secretaria de Estado da Fazenda apresentou o seguinte esclarecimento:

A Diretoria de Contabilidade Geral tem publicado, nas datas definidas, os referidos relatórios no Diário Oficial do Estado e vem dando transparência aos números relativos a gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Estado, com a disponibilização dos mesmos na página eletrônica da Secretaria de Estado da Fazenda — www.sef.sc.gov.br, bem como se colocando a disposição das Audiências Públicas, conforme mandamento legal

Como se pode ver, a recomendação feita pelo Tribunal de Contas encontra-se atendida por parte da Secretaria de Estado da Fazenda.

5.2.19 Subvenções Sociais

Recomendação: Conceder subvenções sociais para entidades públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural sem fins lucrativos somente através das secretarias centrais ou regionais com atribuições afins com o objeto dos acordos, por serem competentes para fazer a análise e acompanhamento técnico dos repasses, orientar os entes beneficiários, além de facilitar a prestação de contas e a verificação das atividades e obras realizadas.

A Secretaria de Estado da Fazenda, através da DITE, informa que:

Quanto à recomendação do Tribunal de Contas no sentido de que as subvenções sociais sejam concedidas somente pelas secretarias centrais ou regionais com atribuições afins com o objeto dos acordos, cabe ressaltar, no que diz respeito à competência desta Diretoria, que as subvenções sociais concedidas com recursos dos Encargos Gerais do estado estão todas en-

quadradas na ação de governo alocada no orçamento dos Encargos Gerais denominada “Participação em Projetos Municipais e Comunitários”, aprovada na Lei Orçamentária Anual.

Não houve manifestação da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão em relação a esta recomendação. Considerando-se a resposta da Secretaria de Estado da Fazenda, nota-se que a recomendação feita pelo Tribunal de Contas não foi equacionada no orçamento de 2004.

5.2.20 Ações Trabalhistas

Recomendação: Implementar os procedimentos estabelecidos pela Lei Complementar nº 226/2002 e respectivos provimentos, visando à defesa das Empresas Estatais em ações trabalhistas.

Através da Informação CPF/SE Nº 004/2005, foi apresentada a seguinte resposta:

Antes mesmo da edição da Lei Complementar nº 226/2002, este Conselho já determinara às empresas estatais, que fosse utilizado quando necessário, o corpo técnico da Procuradoria Geral do Estado, tendo inclusive sido avocado pela mesma vários processos.

Não foram demonstradas efetivas ações tendentes ao cumprimento da Lei Complementar nº 226/2002. Assim, pertinentes as considerações contidas no Parecer Prévio sobre as Contas do Exercício de 2003:

“A implantação plena e o cumprimento da referida Lei e dos provimentos nela originados é medida que se impõe, a fim de que os Advogados das Estatais passem a executar as atividades próprias de suas funções (pelas quais são remunerados), sob as diretrizes da Coordenação de Controle dos Serviços Jurídicos das Estatais da PGE, cujo Procurador de Estado não estabelece relação de vínculo ou subordinação com os Advogados das Estatais nem realiza atividades próprias desses Advogados.

Faz-se necessário que os Entes interessados — Empresas Estatais, PGE e o Conselho de Política Financeira-CPF — encontrem uma solução que ponha fim ao conflito relacionado aos serviços jurídicos das Estatais, que vem se arrastando há longa data.

Apesar da sempre alegada falta de Procuradores, é de se ponderar que ou a Administração encontra uma solução ou o problema continuará indefinidamente, haja quantas CPIs houver.

O atual momento revela-se oportuno para que o Executivo Estadual enfrente a questão da defesa das Estatais nas ações judiciais — marcadamente as trabalhistas —, considerando que o maior problema advém das relações que se estabelecem entre o corpo de Advogados e o público interno (os empregados). Já com referência às ações que envolvem as Estatais e terceiros não são reportadas restrições à atuação dos Serviços Jurídicos.”

5.2.21 Aplicação em Ciência e Tecnologia

Recomendação: Aplicação de recursos em ciência e tecnologia em montante inferior ao estabelecido pelo art. 193 da CE, que define o percentual de 2%, tendo sido aplicado 0,63%.

Em resposta à solicitação de informações requeridas pelo Relator, conselheiro Otávio Gilson dos Santos, o Secretário de Estado da Fazenda encaminhou documentos anexados ao Ofício SEF/GABS nº 0274/2005, de 28/03/2005, contendo resposta à Recomendação 22 — Aplicação em Ciência e Tecnologia, nos seguintes termos:

No exercício financeiro de 2004 o Estado aplicou o montante de 19,89 milhões por intermédio do Fundo Estadual de Pesquisa Agropecuária — FEPA e da Fundação de Ciência e Tecnologia — FUNCITEC, atingindo o percentual de 0,34%. No entanto, recentemente uma Lei foi editada autorizando o Executivo a considerar como aplicação em ciência e tecnologia em conformidade com o mandamento do art. 193 da CE, os valores repassados à Epagri e utilizados dentro destas finalidades.

No exercício de 2004 a aplicação efetiva na área de pesquisa científica e tecnológica atingiu R\$ 17.728.899,35, representando 0,35% das receitas correntes arrecadadas pelo Estado, delas deduzidas as parcelas pertencentes aos municípios e os valores decorrentes de transferências de convênios por se tratar de recursos vinculados, conforme mandamento contido no da Constituição Estadual.

Portanto, não foi atingido o piso mínimo de 2,0% determinado pelo art. 193 na Constituição do Estado, regulamentado pelas Leis Estaduais nº 7.958/1990, nº 8.519/1992 e nº 10.355/1997, faltando aplicar R\$ 84.381.015,00.

Ressalta-se que o Decreto Estadual nº 1.080, de 20 de novembro de 1991, que dispõe sobre a constituição da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina S.A. — EPAGRI, deixa evidente que a atividade da citada empresa é voltada especificamente à pesquisa e difusão tecnológica, sendo possível sua inclusão no cálculo para verificação do atendimento do art. 193 da Constituição Estadual.

Ainda sobre o assunto, foi editada Lei Complementar de nº 247, de 04 de julho de 2003, que define como objetivo da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina S.A. — EPAGRI, “executar a política estadual de geração e difusão de tecnologia agropecuária, florestal, pesqueira e de assistência técnica e extensão rural”.

Contudo, as Leis Estaduais nº 7.958/1990, alterada pela nº 8.519/1992 e nº 10.355/97, vinculam a aplicação no exercício financeiro de 2004 ao Fundo Rotativo de Estímulo à Pesquisa Agropecuária do Estado da Santa Catarina — FEPA e à Fundação de Ciência e Tecnologia — FUNCITEC.

Diante da situação apresentada, caso houvesse previsão legal no exercício financeiro de 2004 para incluir os gastos da EPAGRI, para efeito de verificação do atendimento do art. 193 da Constituição Estadual, os quais montam o valor de R\$ 134.588.795,37, aplicados com recursos do Tesouro, o Estado atingiria um total de R\$ 152.317.694,72, sendo que este valor representa 2,98% do valor referido como base cálculo para apuração do cumprimento do limite mínimo estabelecido no art. 193 da Constituição Estadual ultrapassando, portanto, o percentual de 2,00% referido na carta constitucional do Estado.

Por outro lado, verifica-se que para o exercício de 2005 a aplicação dos recursos destinados à pesquisa científica e tecnológica de que trata o art. 193 da Constituição do Estado será realizada pela Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina — FAPESC, de forma conjunta com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A — EPAGRI, conforme previsto nos arts. 97, I, 107, § 2º, e 157, §§ 1º e 2º, da Lei Complementar Estadual nº 284, de 28 de fevereiro de 2005, que estabelece modelo de gestão para a Administração Pública Estadual e dispõe sobre a estrutura organizacional do Poder Executivo.

5.3 PODER LEGISLATIVO

Em atenção ao ofício nº 2.223/2005, de 03 de março de 2005, onde eram solicitadas informações quanto às medidas adotadas por esse órgão, visando o saneamento das Recomendações, apontadas no Parecer Prévio sobre as Contas

Prestadas pelo Governador do Estado, relativo ao exercício de 2003, a Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina encaminhou documentos e informações através do ofício nº 0215/05/GP de 14 de março de 2005 os quais são considerados na análise a seguir.

5.3.1 Controle Interno

Recomendação: Adequar e ampliar o sistema de controle interno para atendimento das finalidades estabelecidas no art. 74 da CF.

Em resposta a Unidade Gestora assim se manifestou:

Quanto a ressalva sobre as contas do Poder Legislativo onde foi evidenciada a necessidade de aquele Poder Adequar e ampliar o sistema de controle interno para atendimento das finalidades estabelecidas no art. 74 da CF, houve a seguinte manifestação:

No que toca à adequação e a ampliação do sistema de controle interno para atendimento das finalidades estabelecidas no art. 74, da Constituição Federal, cumpre evidenciar que esta Assembléia Legislativa editou a Resolução DP nº 0050/00, que regulamenta a execução das atividades em questão. Recentemente, através de proposição legislativa aprovada por esta Casa, a novel Lei Complementar nº 284 de 28/02/2005 prevê condições à essa determinação legal. Assim, tendo em vista as orientações normativas vigentes, a ALESC encontra-se em fase de constante aperfeiçoamento de suas ações na área em comento, inclusive em projeto de reforma administrativa da Alesc. com a intenção única de proporcionar o devido atendimento da intenção externada pela normatização pátria.

Diante das informações apresentados verifica-se que a Assembléia Legislativa do Estado vem buscando adequar e ampliar o seu sistema de controle interno, podendo-se evidenciar que está havendo esforço no caminho da recomendação contida no Parecer Prévio sobre as Contas Prestadas pelo Governo do Estado referente ao exercício de 2003.

5.3.2 Publicação de Diárias

Recomendação: Publicar demonstrativo das diárias concedidas, como já vêm procedendo o Poder Judiciário e a Administração Direta do Poder Executivo, em homenagem ao princípio da transparência previsto pela LRF e ao princípio constitucional da publicidade (art. 37, *caput*, CF).

No que tange a recomendação, a augusta Casa Legislativa de nosso Estado apresenta as seguintes considerações:

A Assembléia Legislativa, através de seus demonstrativos contábeis, os quais são repassados regularmente ao órgão de Controle Interno, expressa os dados referentes as diárias onde as normas de prestação de contas e adiantamentos estão sendo aprimorados, sempre visando atender as normas legais. Ademais, conforme se verifica das auditorias formalizadas pela Egrégia Corte de Contas do Estado, todos os elementos pertinentes às diárias concedidas por este Poder são de constante conhecimento do TCE, produzindo os efeitos quanto à fiscalização exigida pela Carta Republicana.

A recomendação indicava o caminho da ampla transparência dos atos administrativos à sociedade, sendo um dos meios a publicação no diário oficial.

5.3.3 Subvenções Sociais

Recomendação: Conceder subvenções sociais a entidades públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural sem fins lucrativos constitui ato típico do Poder Executivo, sendo reservada ao Poder Legislativo a competência de propor emendas acerca das concessões, a exemplo do que ocorre na Câmara dos Deputados, cumprindo-se dessa forma a legislação (Lei Federal nº 4.320/64) e corrigindo-se distorções nos repasses desses recursos.

Com relação a esta recomendação, a Assembléia Legislativa do Estado manifestou-se nos seguintes termos:

Quanto ao aspecto evidenciado às Subvenções Sociais pode-se verificar cristalinamente que as Leis orçamentárias do Estado de Santa Catarina (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual) comportam tal previsão, resultando em autorização para a formalização do item em tela. No Estado de Santa Catarina o referido procedimento restou regulado através da Lei nº 5.867, de 27 de abril de 1981 e alterações posteriores. Seguindo o histórico normativo, esta Casa editou a Resolução DP nº 030/98. Como pontos de especial enfoque, que vislumbraram na continuidade dos procedimentos em tela, verificam-se as decisões proferidas por esse Tribunal de Contas nos processos nºs APC — 04/05851405 e APC — 04/05851316, que resultaram em decisões sobre o objeto em evidência, Acórdãos nºs 0137/2005 e 0038/2005, respectivamente, ambas com observância aos adiantamentos derivados dos lapsos temporais de janeiro a junho de 2004. Concluindo, ao verificar que referida recomendação vem escorada na Prestação de Contas referente ao exercício de 2003, registra-se que tal procedimento foi anteriormente analisado

por esse Tribunal de Contas, conforme relatado no OF.TCE/GAP — 8382/2003, na Sessão Administrativa de 02/06/2003, tendo sido expressamente admitida referida prática naquele período desde que a antecipação de recursos financeiros se faça mediante plano de aplicação apresentado pela entidade beneficente e com base em recursos orçamentários existentes em dotações atribuídas à ALESC, o que vem sendo observado.

Verifica-se que a augusta Assembléia Legislativa não adotou procedimentos visando atender a recomendação contida no parecer prévio sobre as contas de 2003. A concessão de subvenções sociais a entidades públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural sem fins lucrativos constitui ato típico do Poder Executivo, sendo reservada ao Poder Legislativo a competência de propor emendas acerca das concessões, a exemplo do que ocorre na Câmara dos Deputados, como também já decidido por esta Corte:

Prejulgado nº 025/97 — No desempenho de suas atribuições constitucionais, a Câmara Municipal deve restringir suas funções às de normatização, fiscalização, controle e assessoramento ao Poder Executivo e à organização de seus serviços.

Consideram-se ingerência indevida do Legislativo, o desempenho de funções de competência do Executivo, como a de concessão de auxílio financeiro à entidade privada. (Origem: Câmara Municipal de Santa Cecília, Processo nº 0397/13 — Parecer nº DMU-012/90, Decisão de 22/04/91, anexo aos autos às fls. 10 a 16).

Prejulgado nº 528/98 — (...)

A Câmara, no exercício de sua função legislativa, não pode tomar para si as atribuições reservadas ao Poder Executivo. Os projetos de lei de concessão de auxílios e subvenções são de iniciativa exclusiva do chefe do Poder Executivo, consoante dispõe o artigo 50, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Chapecó, e a própria Constituição Federal que exige respeito ao princípio da divisão de Poderes.

(...). (Origem: Prefeitura Municipal de Chapecó, Relator: Conselheiro Luiz Suzin Marini, Processo nº 0058400/83 — Parecer nº COG-049/98, Decisão de 01/04/1998, anexo aos autos às fls. 17 a 29).

Decisão nº 554/02 —

No desempenho de suas atribuições constitucionais, a Câmara Municipal deve restringir suas funções às de normatização, fiscalização, controle e assessoramento ao Poder Executivo e à organização de seus serviços.

O Poder Legislativo não deve destinar valores concernentes à subvenções sociais por faltar-lhe competência para empreender atos de execução, de

acordo com o princípio da tripartição das funções estatais insculpido no artigo 2º, da Constituição Federal de 1988". (Processo CON-01/00798403. Interessado: Deputado Herneus de Nadal. Decisão nº 554/2002. Sessão de 08/04/2002).

Conforme reiteradas respostas em consultas, o Tribunal Pleno tem se pronunciado pela impertinência do Poder Legislativo promover a concessão de subvenções sociais.

5.3.4 Serviços da TVAL

Recomendação: Expandir os serviços prestados à sociedade pela TVAL para utilização também pelos Poderes Judiciário e Executivo, Ministério Público e Tribunal de Contas, para divulgação das respectivas atividades, maximizando o uso dos recursos públicos aplicados para essa finalidade e proporcionando a ampliação da transparência das ações públicas

Com referência à recomendação relativa a necessidade de expandir os serviços prestados à sociedade pela TVAL para utilização também pelos Poderes Judiciário e Executivo, Ministério Público e Tribunal de Contas, para divulgação das respectivas atividades, maximizando o uso dos recursos públicos aplicados para essa finalidade e proporcionando a ampliação da transparência das ações públicas a Assembléia Legislativa do Estado assim se manifestou:

O derradeiro item faz referência à expansão dos serviços prestados pela TVAL, para utilização também pelos Poderes Judiciário e Executivo, Ministério Público e Tribunal de Contas, para divulgação das respectivas atividades. Sobre a espécie já implantada é importante lembrar que guarda estreita simetria com aquela prática em evidência há anos no Congresso Nacional, esferas legislativas pátria que organizaram internamente tal sistemática. Ainda a nível Federal, em similitude, a Suprema Corte de Justiça do País, por decisão administrativa interna, gerência também, individualmente, a divulgação de seus trabalhos constitucionais à sociedade brasileira. Nesse sentido, como em vários outros parlamentos, a Assembléia Legislativa regulamentou a atividade em tela, com o fim principal de transmitir as atividades do Parlamento à sociedade, cuja aquisição de equipamentos, a manutenção e os dispêndios com pessoal, além de outros gastos, são derivados exclusivamente dos recursos aportados na ALESC da sua parcela do Orçamento do Estado. É importante lembrar que a expansão desses serviços encontra-se em fase de postulação junto à ANATEL, visando ampliar a divulgação dos trabalhos legislativos e melhor difundir à sociedade catarinense os debates originários da ALESC. Ressalta-se ainda que a TVAL quando solicitada pe-

los Poderes Judiciário e Executivo, Ministério Público e Tribunal de Contas, em situações especiais, sendo possível o atendimento, divulga as respectivas atividades. Assim, referido serviço vem sendo efetivado com a intenção de constante aperfeiçoamento.

Dos argumentos apresentados pela Casa Legislativa verifica-se que a mesma vem implementando mecanismos visando ampliar os serviços disponibilizados à população, especialmente aqueles destinados à divulgação das atividades através de meios de comunicação de massa, ampliando assim o controle social sobre suas atividades. Porém, entende que a atuação primordial está voltada para o Legislativo, ante os investimentos realizados, e na mesma sendo de outras Casas Legislativas.

5.4 PODER JUDICIÁRIO

O Parecer Prévio deste Tribunal sobre as Contas do Estado do exercício de 2003, apresentadas pelo Governador, apresentou a seguinte Conclusão:

[...]

CONSIDERANDO que a análise técnica e Parecer Prévio deste Tribunal, sobre as Contas Anuais do exercício de 2003 prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Estadual aos quais foram juntadas as Contas dos demais Poderes e Órgãos, não impedem nem condicionam o posterior julgamento pelo Tribunal de Contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da administração direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes e Órgãos do Estado, bem como dos que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao Erário, em consonância com os arts. 58, parágrafo único, e 59, inciso II, da Constituição Estadual,

É DE PARECER que a prestação de Contas do Poder Judiciário do Estado encontra-se adequadamente instruída com as informações necessárias e que os limites e parâmetros exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal foram atendidos, estando as Contas prestadas pelo então Presidente do Poder Judiciário, Excelentíssimo Senhor Desembargador Antônio Fernando do Amaral e Silva, em condições de serem APROVADAS, no julgamento a ser realizado pela Augusta Assembléia Legislativa, com a seguinte recomendação:

1. Controle Interno

Adequar e ampliar o sistema de controle interno para atendimento das finalidades estabelecidas no art. 74 da CF.

Por meio do Ofício nº 2.221/2005, de 03/03/2005, endereçado ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, o Relator das Contas do Exercício de 2004, Conselheiro Otávio Gilson dos Santos, solicitou informações quanto às medidas adotadas pelo Poder Judiciário, visando saneamento da Recomendação, apontada no Parecer Prévio sobre as Contas Prestadas pelo Governador do Estado, relativo ao exercício de 2003.

Em resposta, o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado encaminhou documentos anexados ao Ofício nº 0029/05-GP, de 11/03/2005, contendo resposta à Recomendação, nos seguintes termos:

[...], em atenção ao Ofício nº 2.221/2005, de 3 de março de 2005, venho a presença de Vossa Excelência, informar que a Presidência deste Tribunal regulamentou o Sistema de Controle Interno do Poder Judiciário por meio da Resolução nº 19/03-TJ, publicada no Diário da Justiça nº 11.301, em 20 de outubro de 2003 (cópia em anexo), em atendimento ao art. 74 da Constituição Federal.

Na prática as medidas foram adotadas por um grupo de estudos designado na Portaria nº 568/03, de 27 de outubro de 2003, e conforme o Plano de Anual de Auditoria, realizado no exercício de 2004 e planilhado para o exercício de 2005, com apresentação em anexo.

Desse modo, a resolução e todas as ações dela decorrentes atendem a necessidade de assegurar a legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência, publicidade, moralidade e transparência da gestão administrativa.

Ante a manifestação do Desembargador Jorge Mussi, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, bem como os documentos enviados, verifica-se que o Poder Judiciário está procurando ampliar e adequar o sistema de controle interno para atendimento das finalidades estabelecidas no art. 74 da Constituição Federal.

5.5 MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Em atenção ao ofício nº 2.220/2005, de 03 de março de 2005, onde eram solicitadas informações quanto às medidas adotadas por esse órgão, visando saneamento das Recomendações, apontadas no Parecer Prévio sobre as Contas Prestadas pelo Governador do Estado, relativo ao exercício de 2003, o Ministério Público Estadual encaminhou documentos e informações através do ofício nº 33409.1/PGJ de 15 de março de 2005 os quais são considerados na análise a seguir.

5.5.1 Controle Interno

Recomendação: Adequar e ampliar o sistema de controle interno para atendimento das finalidades estabelecidas no art. 74 da CF.

Referente a recomendação sobre as contas do Ministério Público onde foi evidenciada a necessidade de aquele Órgão adequar e ampliar o sistema de controle interno para atendimento das finalidades estabelecidas no art. 74 da CF, houve a seguinte manifestação:

Quanto a esse aspecto, importante esclarecer que a Resolução nº 10.931 criou na estrutura do Ministério Público de Santa Catarina a Auditoria Interna (COAUD), que, vinculada à Secretaria-Geral, possui a atribuição de promover, por sistema próprio de controle, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Ministério Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de dotações e de recursos próprios e renúncia de receitas, exatamente com a finalidade de cumprir as metas previstas no art. 74 da Lei Fundamental. Nesse objetivo, foi editado, no âmbito desta Instituição, o Manual da Coordenadoria de Auditoria e Controle do Ministério Público, cujas regras, voltadas ao atendimento do art. 74 da Constituição Federal e art. 62 da Constituição do Estado, (...)

Ainda sobre este tópico o Ministério Público apresenta os seguintes esclarecimentos:

Como se percebe dessas inúmeras atribuições que foram confiadas à Coordenadoria de Auditoria e Controle, no Ministério Público, há um rígido controle interno das diversas atividades administrativas, seja na verificação dos sistemas contábil, financeiro, de execução orçamentária, patrimonial, operacional e de pessoal, seja promovendo a apuração dos atos e fatos inquinados de ilegais ou de irregulares praticados pelos responsáveis das áreas administrativas da Procuradoria-Geral de Justiça ou de órgãos de execução do Ministério Público.

Não bastasse todas essas iniciativas no sentido de criar uma estrutura de controle interno eficaz, visando cumprir a citada recomendação e fortalecer os mecanismos já existentes, pode-se verificar, por intermédio da informação da Sra. Coordenadora de Recursos Humanos desta Procuradoria-Geral de Justiça (documento anexo), que o Ministério Público já está providenciando o chamamento de outros 5 (cinco) Auditores, recém-aprovados em concurso público, exatamente com a finalidade de expandir as atividades do Ministério Público nessa área, propiciando, inclusive, aos próprios Promotores de Justiça um incremento nas atividades de elaboração de auditorias e/ou perícias

contábeis, que certamente os auxiliarão em muito em suas diversas atividades institucionais.

Dos esclarecimentos prestados e da documentação encaminhada pelo Ministério Público Estadual pode verificar-se que estão sendo adotadas medidas administrativas tendo como objetivo o atendimento da ressalva contida no Parecer Prévio sobre as Contas Prestadas pelo Governo do Estado referente ao exercício de 2003.

5.5.2 Publicação de Diárias

Recomendação: Publicar demonstrativo das diárias concedidas, como já vêm procedendo o Poder Judiciário e a Administração Direta do Poder Executivo, em homenagem ao princípio da transparência previsto pela LRF e ao princípio constitucional da publicidade (art. 37, *caput*, CF).

Com relação à ressalva referente à publicação do demonstrativo das diárias concedidas, em homenagem ao princípio da transparência previsto pela LRF e ao princípio constitucional da publicidade (art. 37, *caput*, CF) Ministério Público Estadual apresenta os seguintes esclarecimentos:

A segunda recomendação, referente à necessidade de publicação do demonstrativo das diárias concedidas, em homenagem ao princípio da transparência previsto na LRF e ao princípio constitucional da publicidade (art. 37, *caput*, CF), cabe-nos informar ao egrégio Tribunal de Contas que o Ministério Público, conforme informações do Sr. Coordenador-Geral dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo (documento anexo), já faz publicar, desde janeiro de 2002, em seu *site* oficial (www.mp.sc.gov.br), na rede mundial de computadores (internet) mais especificamente no campo Administrativo — Finanças e Contabilidade — Diárias, toda a relação de diárias concedidas, o servidor beneficiado, o valor pago, a data de saída e retorno, o motivo do deslocamento, o roteiro e o veículo utilizado, tudo com o propósito de não só atender a recomendação da Corte de Contas como também de tornar essa atividade administrativa mais transparente e de fácil acesso a todos os cidadãos catarinenses.

As razões apresentadas pelo Ministério Público Estadual demonstram o zelo e a preocupação daquela Instituição em seguir as normas do Direito Administrativo, especialmente o princípio constitucional da publicidade e ao princípio da transparência dos atos administrativos prevista na Lei de responsabilidade Fiscal, tanto que já fazia publicar já faz publicar, desde janeiro de 2002, em seu *site* oficial (www.mp.sc.gov.br), na rede mundial de computadores (internet) mais especifi-

camente no campo Administrativo — Finanças e Contabilidade — Diárias, toda a relação de diárias concedidas. Entretanto, o objetivo da Recomendação era que aquela instituição procurasse realizar a divulgação destes atos administrativos em veículos de comunicação onde fosse possível atingir parcelas da população que não possuem acesso a internet. Contudo, verifica-se que há o esforço do administrador em suprir as deficiências encontradas.

5.5.3 Despesas com Pessoal — Limites da LRF

Recomendação: Adotar providências para que seja observado o art. 20, inciso II, alínea d, da LRF, quanto ao limite legal com gastos de pessoal.

Quanto a este aspecto o Ministério Público Estadual apresenta os seguintes argumentos relativos as ações voltadas ao cumprimento dos limites com gastos de pessoal previstos no art. 20, inciso II, alínea d, da LRF:

No que diz respeito à terceira e última recomendação, no sentido de serem adotadas providências para que seja observado o art. 20, inciso II, alínea d, da LRF, quanto ao limite legal com gastos de pessoal, cumpre-nos salientar que o Ministério Público, no 3º quadrimestre de 2004, conforme publicação do Relatório de Gestão Fiscal no Diário da Justiça de 31/01/2005 (documento anexo), apresentou um comprometimento com a despesa com pessoal, em relação à Receita Corrente Líquida (RCL), de 1,69%, ou seja, 0,10% a menor do que o índice do quadrimestre anterior, que atingiu o patamar de 1,79%.

Oportuno esclarecer que na elaboração desses cálculos, suprimiu-se o valor referente à despesa com o Imposto de Renda Retido na Fonte, tudo em conformidade com o próprio posicionamento do Tribunal de Contas do Estado que, ao responder consulta formulada pelo Ministério Público (Processo CON — 02/11013536), acolhendo voto do relator, admitiu, em caráter excepcional, a exclusão dos valores resultantes da retenção do imposto de renda dos servidores públicos da apuração da Despesa Total com Pessoal, consignando, no item 6.2.], o seguinte:

6.2.1. A exclusão dos valores resultantes da retenção do imposto de renda dos servidores públicos da apuração da Despesa Total com Pessoal de que trata o art. 18 da Lei Complementar nº 101 /00 não está expressamente prevista no § 10 do art. 19 daquela Lei Complementar ou nos modelos de relatórios de gestão fiscal estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, vinculado à Secretaria do Tesouro Nacional, mas pode ser admitida, em caráter excepcional, considerando que os conceitos de receita e despesa que integram a Lei de Responsabilidade Fiscal possuem caráter eminentemente

financeiro e não propriamente orçamentário e contábil, e desde que haja entendimento convergente, nesse sentido, dos Poderes e órgãos estaduais mencionados no ad. 20 do referido diploma legal, alertando se para eventuais divergências quando da consolidação das contas nacionais a cargo da União (ad. 51 da LRF).

É bem verdade que, na mesma resposta, não obstante restar reconhecido o caráter eminentemente financeiro dos conceitos de receita e despesa que integram a Lei de Responsabilidade Fiscal, ficou expresso que a possibilidade excepcional dessa exclusão fica condicionada ao entendimento convergente, nesse sentido, dos Poderes e Órgãos estaduais mencionados no art. 20 da LRF, o que, aliás, já está sendo tratado pelo Ministério Público, cujo Procurador-Geral de Justiça, inclusive, já participou de reuniões não só com o Senhor Secretário de Estado da Fazenda, a quem foi dirigido, em dezembro de 2004, ofício informando acerca do acolhimento da tese pela Corte de Contas (cópia anexa), mas também com o próprio Presidente do Tribunal de Contas da época, Doutor Salomão Ribas Junior, no intuito de viabilizarem, definitivamente, um entendimento comum sobre essa questão.

Não custa lembrar, ainda, que, além desse posicionamento da nossa egrégia Corte de Contas, admitindo a possibilidade de exclusão dos valores resultantes da retenção do imposto de renda dos servidores públicos da apuração da Despesa Total com Pessoal, essa exclusão, por parte do Ministério Público, também está sendo feita a partir de entendimentos de outros diversos Tribunais de Contas, entre eles o do Espírito Santo, o do Paraná, o do Mato Grosso do Sul, o do Rio Grande do Sul, o de Goiás, o do Piauí, o de Rondônia e o do Amapá.

Somado a esses argumentos, ainda irá influenciar sensivelmente nessa questão, pelo menos no âmbito do Ministério Público, que despense uma grande parte de sua receita com o pagamento de inativos, a Lei Complementar nº 286, de 10 de março de 2005 (cópia anexa), que, alterando a Lei Complementar nº 266/04 e a Lei nº 3.138/62, excluiu, em seu art. 50 do câmputo das despesas de pessoal os valores relativos ao pagamento dos benefícios previdenciários.

As considerações e documentação apresentadas demonstram o esforço do Ministério Público Estadual para enquadrar-se nos limites com gastos de pessoal estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. No entanto, no Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2004, do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, em análise no processo LRF 05/00166951, o Corpo Técnico desta Corte verificou-se a dedução de despesas que deveriam ser consideradas como de pessoal.